

--- N.º 2/2020 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE QUINZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE.-----

--- Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e vinte, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no formato Videoconferência-Online, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

---**PRIMEIRO PONTO** – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)-----

---**SEGUNDO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2019 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA A) -  
<https://www.famalicao.pt/relatorioecontas2019/index.html> -----

---**TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE REQUIÃO, NO MONTANTE DE 147.500,00€ (CENTO E QUARENTA E SETE MIL E QUINHENTOS EUROS), DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO POLIVALENTE, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL, NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), Nº1, DO ARTIGO 33º E DA ALÍNEA G), Nº1, DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA

SUA ATUAL REDAÇÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**SEXTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIDAS EXCEPCIONAIS E TEMPORÁRIAS NO ÂMBITO DA INFEÇÃO EPIDEMIOLÓGICA COVID-19, EM MATÉRIA DE TAXAS RELATIVAMENTE A ESPAÇOS COMERCIAIS ARRENDADOS OU CONCESSIONADOS PELO MUNICÍPIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**SÉTIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA NOMEAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS PARA OS ANOS DE 2020, 2021 E 2022, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**OITAVO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTORNO DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS E ÁGUAS RESIDUAIS, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE AVIDOS E LAGOA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**NONO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO E DOCUMENTOS A ELA ANEXOS, CONFORME MAPA ANEXO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE), NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ARTIGO 25º, Nº1, ALÍNEA T) DO ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE 73 LOTES DA QUINTA DE REBORDELO, SITA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---DÉCIMO SEGUNDO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA LOTE 1 -“REDE URBANA PEDONAL E CICLÁVEL – ETAPA 1 (INTRAURBANA) – FASE 1 – EIXOS 1,2 E 4 DA REDE DE CICLOVIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO”, NO VALOR DE 1,029.139,39€ (UM MILHÃO E VINTE E NOVE MIL, CENTO E TRINTA E NOVE EUROS E TRINTA E NOVE CÊNTIMOS) AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR E LOTE 2 -“ REDE URBANA PEDONAL E CICLÁVEL – ETAPA 1 (INTRAURBANA) – FASE 1 – EIXO 3 DA REDE DE CICLOVIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO”, NO VALOR DE 1.022.615,40€ (UM MILHÃO E VINTE E DOIS MIL, SEISCENTOS E QUINZE EUROS E QUARENTA CÊNTIMOS) AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---DÉCIMO TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO DO REGULAMENTO OPJ – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA-----

---ADELINO SILVA COSTA-----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA-----

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA-----

---ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA-----

--ANDRÉ LUÍS LOPES OLIVEIRA-----  
--ANDREIA FERREIRA TAVARES-----  
--ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO-----  
--ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA-----  
--ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO-----  
--ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----  
--ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA-----  
--ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----  
--ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----  
--ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES-----  
--ARMINDO FERNANDES GOMES-----  
--ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----  
--AVELINO FREITAS SILVA-----  
--BERNARDINO GOMES MARTINS-----  
--CÂNDIDA JESUS DA SILVA VELOSO-----  
--CARLA SOFIA SANTANA A. RIBEIRO FARIA-----  
--CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----  
--CARLOS ALBERTO COSTA PEREIRA-----  
--CARLOS ALBERTO DA COSTA FERNANDES-----  
--CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO-----  
--CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----  
--DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO-----  
--DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU-----  
--DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----  
--FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----  
--FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----  
--FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----  
--GERMANO ANTONIO DA SILVA ARAÚJO-----  
--HEITOR RUI SANTOS BERNARDO-----

---HÉLDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA-----  
---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----  
---JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA -----  
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----  
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO-----  
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO-----  
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----  
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----  
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----  
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----  
---JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA -----  
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----  
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----  
---LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ-----  
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----  
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----  
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO -----  
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----  
---MANUEL SILVA ALVES-----  
---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES-----  
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----  
---MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA -----  
---MARIA INÊS MOREIRA VIEIRA GOMES -----  
---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----  
---PAULO AGOSTINHO FARIA COSTA MARQUES FOLHADELA-----  
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----  
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----  
---PAULO MANUEL MARQUES DA COSTA-----  
---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----

---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA-----

---RUI MIGUEL SÁ FARIA -----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----

---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** -----

---Colocou à discussão e votação a ata da Assembleia Municipal de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte -----

--- Não havendo inscrições para discussão, passou-se de imediato à sua votação: -----

--- *Posta à votação a ata da sessão da Assembleia Municipal de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, foi a mesma aprovada, por unanimidade.* -----

--- Informou que, deram entrada na Mesa um voto de saudação e uma moção apresentados pelo Grupo Municipal da CDU, dois votos de congratulação e um voto de louvor apresentados pelo Grupo Municipal do PS, dois votos de congratulação e dois votos de louvor apresentados pelo Grupo Municipal do PSD e um voto de louvor e reconhecimento apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Fez a leitura do voto de saudação que é do seguinte teor:-

--- “A CDU, no momento em que o país enfrenta grandes e graves incertezas, saúda todos os profissionais de saúde que trabalham na linha da frente no combate ao surto epidémico, os profissionais da proteção civil, as associações de bombeiros, as forças de segurança e, de um modo geral, a todos aqueles que asseguram com o seu trabalho o funcionamento do país e garantem os bens fundamentais para a vida normal das populações; Este surto, sobre o qual ainda não possuímos o conhecimento necessário para o controlarmos, avisa-nos da necessidade de se apostar mais na ciência (biologia, meio ambiente, entre outras), apoiando melhor os seus investigadores, de se investir no SNS, de se adotarem medidas de alargamento da capacidade da sua resposta dar-lhe maior eficácia clínica a situações da

dimensão da que agora assistimos e vivemos, sendo crucial considerar o aumento do número de camas, mais equipamentos de suporte de vida, contratação de mais profissionais e meios adequados de proteção para os mesmos, sem esquecer a valorização das suas carreiras e funções; No mesmo sentido, desejamos que se reforcem as decisões que assegurem o normal funcionamento da economia, e que se tomem medidas corajosas para assegurar a sobrevivência das micro, pequenas e médias empresas, e que essas medidas sejam acompanhadas da proteção dos rendimentos dos seus trabalhadores, para que a retoma se verifique sem atrasos ou percalços, evitando-se o aprofundamento das desigualdades; Saudamos todos os trabalhadores das creches, lares e centros de dia, e lembramos que as organizações destes estabelecimentos precisam de mais apoio do governo (serviços de saúde e da segurança social) para tornar mais eficientes e seguros os seus serviços, beneficiando utentes (crianças e velhos) e respetivos familiares; Saudamos as decisões já tomadas e as que estão em estudo, para que o país substitua importações por produção nacional, de modo a salvaguardar vitais e forçosos interesses nacionais, nomeadamente no âmbito da saúde, no plano alimentar com apoios à pequena e média agricultura, e no setor farmacêutico, mas também ao reforço da inspeção económica no combate ao oportunismo especulativo do preço abusivo de artigos sanitários; Saudamos, por fim, todos os autarcas famalicenses e a Autarquia central pelo desenvolvimento de um importante conjunto de medidas, que se estenderam às mais diversas áreas e frentes, e que tiveram o mérito de ajudar instituições e população do Concelho, aos quais, reconhecidamente, agradecemos e enviamos uma palavra de esperança e confiança no futuro.” -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Fez a leitura da moção que é do seguinte teor: -----

--- “Na semana em que se assinalou o Dia Internacional do Enfermeiro – 12 de maio –, a CDU saúda todos os enfermeiros portugueses, de modo particular os famalicenses, e também aqueles que procuraram no estrangeiro o emprego e o reconhecimento profissional que lhes foi negado no concelho e no país. A CDU sublinha o reconhecimento da generalidade dos portugueses pelo trabalho realizado pelos enfermeiros portugueses na linha da frente do combate ao surto epidémico, pondo em risco a saúde física e psíquica, trabalhando 12 e mais horas, em muitas situações impedidos de contactarem com os

familiares mais diretos, fazendo a opção de, em primeiro lugar, tratar da saúde dos portugueses. Reconhecimento que não pode ficar pelos aplausos e pelos discursos de circunstância, alguns dos quais proferidos por quem durante anos desvalorizou profissionalmente os enfermeiros, desvalorizou os salários e as carreiras, aumentou os ritmos de trabalho, usando e abusando de horas extraordinárias em geral não pagas nem compensadas. Os últimos meses demonstraram de forma mais evidente que os enfermeiros são necessários nos serviços agora, mas também no futuro, contribuindo para o reforço do SNS. Reforço que exige a urgente contratação de mais enfermeiros, nos hospitais e cuidados de saúde primários, com destaque para o enfermeiro de família, através de contratos de trabalho por tempo indeterminado e pela efetivação dos enfermeiros com contratos de substituição e outras formas de precariedade. Reforço que passa igualmente pela valorização das carreiras, do salário, da compensação do risco e da penosidade, do reconhecimento do seu importante papel no Serviço Nacional de Saúde. No Dia Internacional do Enfermeiro, a CDU reafirma que os enfermeiros têm um papel fundamental na prestação geral de cuidados de saúde, direito da população portuguesa, e, por consequência, sublinha a importância dos enfermeiros pelo bom desempenho do SNS.” -----

**---PAULO FOLHADELA (PS)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “No passado dia 6 de maio, a equipa de futebol feminino do Futebol Clube de Famalicão subiu à I Divisão Nacional, feito que muito honra o desporto, o futebol e a cidade de Vila Nova de Famalicão. Recordemos que o Futebol Clube Famalicão avançou esta temporada com futebol feminino, uma aposta certa, porque são poucos os clubes que, em tão curto período de tempo, conseguiram ascender ao patamar mais elevado do futebol feminino de onze. O facto de a Federação ter anunciado que não haveria subidas nem descidas, não retira o mérito da nossa equipa. Pelo contrário, foi feita justiça. A equipa de futebol feminino realizou uma época brilhante, em que ao longo da primeira e segunda fase do campeonato, venceu todos os jogos, com um impressionante registo de golos marcados. Pelo que o desfecho só poderia ser o da subida. Mas não nos podemos esquecer que se trata de uma modalidade desportiva que continua a ser tão marcada por profundas diferenças nas

condições de acesso, participação e visibilidade das jogadoras, e todos os momentos em que estas diferenças se esbatam devem ser assinalados e devidamente valorizados pelo que pode significar o derrube das barreiras que persistem. E citando o presidente Jorge Silva, do Futebol Clube Famalicão “este projeto irá contribuir para que as mulheres do concelho estejam ainda mais identificadas com o clube e o futebol” -----

**---PAULO FOLHADELA (PS)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “Em março de 2020, com a notícia da existência de vários infetados (22 utentes e 10 colaboradores) num Lar na freguesia de Cavalões, Vila Nova de Famalicão viveu, logo nos primeiros tempos do surto pandémico, um episódio inquietante para toda a comunidade. Entretanto, efetuados que foram cerca de 1700 testes aos utentes e colaboradores dos Lares de Vila Nova de Famalicão, verificou-se que somente quatro (três utentes e um colaborador) desses testes deram positivo. Tendo em conta a inquietação inicial, tais resultados evidenciam uma realidade que cabe aqui enaltecer e que merece o devido reconhecimento pela comunidade famalicense. Desde logo, realçar a importância das indicações emanadas pelo Governo e pela Direção Geral de Saúde (e que determinaram, logo em 8 de março, o isolamento dos utentes e a adoção de especiais regras de confinamento e higiene entre utentes e colaboradores). Em segundo lugar, o empenho e especial dedicação de todos os dirigentes e profissionais a trabalhar nos Lares do concelho (que, muitas vezes com sacrifício pessoal e familiar, se adaptaram a uma nova realidade para bem dos seus utentes). E, por último, o extraordinário exemplo que todos os nossos seniores, residentes em Lares, deram à comunidade. Apesar de confinados há mais de dois meses, ainda sem visitas de familiares, padecendo (muitos deles) de doenças várias, mostraram-se unidos e foram dos primeiros a mostrar como se luta, independentemente da idade. É, pois, merecida esta congratulação por tudo quanto já fizeram (e continuarão a fazer) os dirigentes, colaboradores e utentes dos Lares do concelho de Vila Nova de Famalicão no combate à Covid-19.” -----

**---PAULO FOLHADELA (PS)** – Fez a leitura do voto de louvor que é do seguinte teor: ---

--- “Há poucos meses, a incerteza reinava: estaríamos preparados para esta pandemia? Muitos vaticinavam o pior. Muitos deixavam bem patente a sua descrença no SNS. Muitos afirmavam que Portugal não estaria preparado. Estavam errados! Ousamos afirmar: Não conhecem Portugal, nem os portugueses! Demos, neste período, mais um exemplo daquilo que somos capazes, quando nos unimos e, aguerridamente, nos defendemos enquanto comunidade, nos sacrificamos pelo futuro dos nossos filhos e do nosso país. Mas, sejamos justos: desde o início, à frente desta batalha, esteve o Governo. Com antecipação, ouvindo os técnicos e todos os que melhor conheciam da matéria, implementou uma série de medidas que, como hoje se vê, conseguiram alcançar, com eficácia reconhecida, os objetivos essenciais: evitar o descontrolo do contágio e achatar a curva epidemiológica. Estes resultados são, aliás, recorrentemente citados (e elogiados) a nível internacional, sendo Portugal referido não só pelas medidas implementadas como também pelo comportamento cívico responsável adotado pela população. Tudo isto permitiu garantir a qualidade dos serviços prestados pelo SNS, nunca se tendo verificado a incapacidade de resposta dos serviços públicos de saúde (cujos profissionais, aliás, merecem a nossa devida homenagem). Também os principais dirigentes políticos, nomeadamente a nível nacional, perceberam a gravidade do momento e, com sentido de responsabilidade, não abriram uma guerra política. Aliás, manifestaram expressa solidariedade com os Portugueses e com as duras medidas entretanto impostas. Expressão maior dessa solidariedade foi a posição do líder da oposição, Rui Rio, quando afirmou, no debate acerca da declaração do estado de emergência, que “O PSD apoia o governo neste combate” e, dirigindo-se ao Primeiro-Ministro António Costa, disse ainda “Sr. Primeiro-Ministro, a sua sorte é a nossa sorte.” Por último, também os Portugueses foram essenciais para que fosse possível alcançar estes resultados, elogiados internacionalmente. O espírito de sacrifício, a solidariedade entre todos e o acatamento das ordens emanadas contribuíram sobremaneira para que Portugal não fosse fustigado, nesta primeira e crucial fase, da mesma forma que outros países europeus. Acresce, ainda, uma necessária referência a todos os profissionais que, nas diversas áreas, foram os primeiros e inextinguíveis soldados nesta luta contra a COVID-19. O nosso louvor e agradecimento sentido, por Famalicão e por Portugal.” -----

**---ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “No meio de tantas incertezas, de uma coisa os famalicensenses estavam seguros, o poder local que nunca lhes faltou, não lhes ia faltar e não lhes faltou. A ação dos autarcas famalicensenses, tem sido absolutamente notável em termos de apoio, empenho e proximidade, mobilizando meios, recursos e organização. O seu contributo na reação à situação epidémica e na mitigação dos seus impactos sociais e económicos é inquestionável e decisivo. Chamados a interpretar um papel de um guião que não estava escrito, os autarcas famalicensenses deram o melhor de si, não olharam a esforços, inovaram, ultrapassando em muito aquilo que são as suas responsabilidades e as competências que lhes estão acometidas. Desde o início, não hesitaram em se colocarem na linha da frente do combate à pandemia e pela sua manifesta relação de proximidade com os famalicensenses, assumiram um papel relevante junto destes, em particular, junto dos famalicensenses com maior vulnerabilidade, colaborando e apoiando no terreno todas as instituições os movimentos de solidariedade que, igualmente, demonstraram o seu enorme sentido de pertença comunitárias. Os famalicensenses, as empresas e as instituições têm uma relação direta e quotidiana com a atividade dos autarcas locais e reconhecem o seu papel na política de proximidade. O conjunto das medidas municipais e da cada uma das freguesias, sempre complementares às da administração central, foram e estão a ser um contributo ao combate no plano da saúde pública e na diminuição dos impactos negativos no plano social e económico. Foi assim durante todo o período de confinamento, está a ser assim, também, na preparação da comunidade famalicense para um regresso à vida social com a maior segurança possível.”---

**---ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “Desde o início de abril, Portugal viu-se afetado com este terrível vírus, sendo que neste momento, ainda estamos a enfrentar um combate contra este inimigo invisível, que não tem rosto e que deixa marcas nas nossas vidas e nas vidas daqueles que nos são mais próximos. Sendo este cenário de estado de emergência nacional, imperativo até ao início de maio, temos visto neste momento, um esforço sem precedentes de todos os portugueses, que lutam

diariamente contra esta pandemia, sendo que estes foram elogiados pela Europa e pelo mundo fora, pela sua resistência, resiliência, perseverança e coragem. Conciliados com esta determinação, surge-nos imperativamente, agradecer a todos aqueles que, dia após dia, estiverem e estão no terreno, fazendo com que não falte nada aos portugueses, e aqui especialmente aos nossos concidadãos famalicenses. Os profissionais que todos os dias dão o melhor de si, sem olhar á fadiga e ao cansaço, pondo muitas vezes a sua própria vida em risco, empenhados em proteger todo o nosso país e principalmente, aqueles que estão numa situação mais débil, merecem de todos nós este profundo reconhecimento. Num tempo em que, somos mesmo impedidos de estarmos juntos presencialmente nesta Assembleia Municipal, é obrigatório prestarmos aqui uma sincera e humilde homenagem a todos estes famalicenses, que diariamente, não olharam para trás, e deram de si um trabalho nobre e que muito orgulha os seus familiares e todos os cidadãos de Vila Nova de Famalicão. Hoje e aqui, é o momento de dirigir uma palavra de gratidão a todos estes nossos heróis, que fizeram com que o nosso país não parasse por completo, levando a todos nós, os serviços e cuidados necessários nestes tempos custosos. Desde todos os profissionais de saúde, de médicos, enfermeiros e farmacêuticos, aos cuidadores informais e auxiliares, a todos os trabalhadores de bens essenciais, às forças de segurança, e de uma maneira muito especial a todos os bombeiros de Vila Nova de Famalicão que, nas três corporações, fizeram e fazem um trabalho excepcional. A todas as Juntas de Freguesias, nas pessoas dos Senhores e Senhoras Presidentes aqui entre nós, professores e educadores não esquecendo os voluntários e associações juvenis, e a todos os envolvidos que de uma maneira ou de outra ajudaram aqueles que, de uma forma impotente, estão nas suas casas e que não podem trabalhar ou ajudar nestes tempos difíceis. É daqui, que vos deixamos uma sincera palavra de agradecimento profundo pelo vosso trabalho e pela vossa ajuda, sem esquecer a dedicação e empenho que a Câmara Municipal e todas as Comissões e Conselhos Municipais puseram nas suas ações diárias de maneira a ajudar a combater esta pandemia. Também, é aqui que devemos e queremos prestar uma homenagem a todos aqueles que, infelizmente, foram infetados pelo Covid-19, durante os seus trabalhos, e que de uma forma inesperada, viram-se obrigados a interromper todas as suas ações. Para todos aqueles que

foram referidos, e sem esquecer aqueles que obrigatoriamente tiverem de parar e ficar nas suas casas, os Deputados do Grupo Municipal do PSD, consideram essencial e imprescindível a aprovação deste voto de congratulação por parte de todos os Senhores Deputados.” -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Fez a leitura do voto de louvor que é do seguinte teor: --

--- “O CITEVE – Centro Tecnológico da Indústria Têxtil e do Vestuário de Portugal, criado em 1989 com uma abrangência nacional, com sede em Vila Nova de Famalicão, é uma entidade privada sem fins lucrativos, de utilidade pública. O CITEVE foi criado por iniciativa de uma política do governo de então, por via do Ministério da Economia, que lançou um Programa para a criação dos centros tecnológicos em Portugal. Na época foi entendido, e bem, que o Centro Tecnológico do Têxtil e do Vestuário, de cariz nacional, deveria localizar-se no Vale do Ave, um território de forte predominância têxtil. A sua missão é a de apoiar o desenvolvimento das capacidades técnicas e tecnológicas das indústrias têxtil e do vestuário, através do fomento e da difusão da inovação, da promoção da melhoria da qualidade e do suporte instrumental à definição de políticas industriais para o setor. Com mais de 30 anos de atividade, que lhe conferem um know-how fundamental e um forte reconhecimento no setor, o CITEVE tem desempenhado um papel relevantíssimo na superação das várias crises que têm afetado o setor têxtil, revelando-se uma instituição dinâmica que, se por um lado, acompanha as empresas do setor têxtil e do vestuário no seu processo de modernização, por outro lado, é ele próprio que instiga as empresas à inovação e que desenvolve processos de inovação em parceria com o setor empresarial. O CITEVE, que envolve uma forte participação das empresas do setor têxtil e do vestuário, transformou-se efetivamente numa instituição de referência nacional e europeia para a promoção da inovação e do desenvolvimento tecnológico das indústrias têxtil e do vestuário. Na situação de crise sanitária que vivemos, provocada pela pandemia que resulta da COVID-19, o CITEVE foi logo num primeiro momento reconhecido pelo Governo, tendo sido chamado a colaborar com a DGS – Direção-Geral da Saúde, o Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde e a ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, para a certificação de equipamentos de proteção individual e outros dispositivos

médicos imprescindíveis ao país na luta contra a pandemia. O CITEVE foi, assim, pioneiro neste processo de certificação a nível nacional, que visava promover a produção em massa destes produtos. A ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal, com sede em Vila Nova de Famalicão, em conjunto com as empresas do setor têxtil, rapidamente se mobilizou para este desiderato. As empresas quer do setor têxtil, quer de outros setores de atividade, souberam adaptar-se como ninguém desde o primeiro momento, beneficiando também do apoio do CITEVE na sua capacitação, reinventando-se e tomando a dianteira na produção dos equipamentos e materiais necessários de que a comunidade tanto precisava para combater a propagação do vírus SARS-CoV-2. Com esta atitude, contribuíram também sobremaneira para minorar, de alguma forma, os efeitos da crise sanitária numa crise económica que se instala em Portugal, como no resto do mundo. As empresas souberam responder ao apelo da sociedade portuguesa e mundial para a extrema necessidade de reforçar a produção de equipamentos de proteção individual e outros dispositivos médicos, por forma a permitir o combate à doença COVID-19 e evitar a propagação do vírus SARS-CoV-2, contribuindo, desta forma, inegavelmente, para o controlo da doença em território português e para evitar centenas ou, mesmo, milhares de mortes. O CITEVE, o associativismo empresarial e as empresas de Vila Nova de Famalicão, e os seus trabalhadores, estiveram e estão na linha da frente do combate à pandemia e o seu trabalho revela-se crucial na recuperação económica e social de Famalicão e do país. Face ao exposto, o Grupo Municipal do PSD propõe a atribuição de um Voto de Louvor ao CITEVE e às Empresas de Vila Nova de Famalicão, e seus trabalhadores, que, em boa hora, emprestaram toda a sua energia, proatividade, criatividade e dedicação, ao criarem as condições para a certificação dos produtos e ao lançarem a produção em massa de equipamentos de proteção individual e outros dispositivos médicos, essenciais no combate à pandemia provocada pela COVID-19, posicionando-se, deste modo, ininterruptamente na linha da frente do combate à doença e dinamizando o funcionamento da economia, evitando também a destruição de emprego.”-----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Fez a leitura do voto de louvor que é do seguinte teor: --

--- “O povo unido jamais será vencido” é um dos gritos que se perpetua e ecoa sobre a revolução de abril de 1974, ao qual nós, jovens, já nos habituamos e passamos a considerar nas nossas vidas. Vidas essas que por força do COVID 19 foram alteradas. No passado recente como agora e num próximo futuro, vivemos e viveremos momentos únicos, de exceção e extraordinários das nossas vidas que reclamam uma forma diferente de existir e de estar no mundo, não só na vida pessoal ou familiar, como também na comunitária. No nosso concelho de Vila Nova de Famalicão, a nossa comunidade, face à pandemia, viu emergir formas de organização local para obter melhorias para a população, com a mobilização de recursos e a formulação de estratégias de ação. Disto é bom exemplo a interação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, da FECAPAF e dos Agrupamentos de Escolas e a comunidade local. Ente muitos outros exemplos, apresentamos o das refeições escolares, servidas aos alunos mais carenciados, e a oferta de computadores, *tablets* e *routers* para que os alunos possam estar em permanente contacto digital, via internet, com as escolas. Desta forma, em Vila Nova de Famalicão, asseguramos “o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”. Por isto e muito mais que têm vindo a ser feito para contribuir para a tranquilidade e serenidade dos famalicenses e atenuar a inquietação, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata apresenta este voto de louvor ao Executivo Municipal liderado pelo seu Presidente, à FECAPAF e aos Agrupamentos de Escolas, pois num momento que é para todos nós extremamente difícil, souberam e sabem debelar constrangimentos e problemas e contribuíram para o bem-estar de todos os famalicenses, particularmente dos mais jovens e das suas famílias.”-----

---**HÉLDER PEREIRA (CDS/PP)** – Fez a leitura do voto de louvor e reconhecimento que é do seguinte teor: -----

“A humanidade enfrenta hoje um dos maiores desafios da sua existência. A pandemia Covid-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde, deu origem a um Estado de Emergência nunca antes visto no Portugal democrático. Os tempos que se vivem têm sido incrivelmente diferentes, num cenário absolutamente difícil e inédito, que nunca ninguém pensou viver, com um vírus que a todos persegue, pelo medo, pela doença ou até pela morte.

Neste momento de extrema dificuldade, a que procuramos acorrer com o melhor de nós, ao CDS-PP, neste órgão democrático, importa afirmar a expressão de profunda gratidão para com todas as entidades e pessoas que estão na linha da frente no combate a este flagelo. Aos profissionais de saúde, aos médicos, enfermeiros e auxiliares dos serviços de saúde, às instituições médicas, que estão na primeira linha deste combate, às corporações de Bombeiros do concelho de V. N. de Famalicão, às IPSS's, às forças policiais, aos serviços municipais de proteção civil, deixamos uma palavra de profunda gratidão pelo trabalho desenvolvido com vista a que as famílias famalicenses se sintam mais seguras e protegidas. São verdadeiros guerreiros que todos os dias, sem medo, lutam por nós e pelo nosso bem-estar, muitas vezes com o risco da própria vida. Este altruísmo perdurará na nossa na memória coletiva! Por outro lado, louvamos todos os movimentos solidários que, totalmente desinteressados, mobilizam pessoas, associações, instituições e empresas no apoio aos mais vulneráveis. Vila Nova de Famalicão sempre foi um concelho solidário e inclusivo, mas estes momentos de extrema dificuldade, permitem afirmar mais ainda esta característica, demonstrando que quando se trata de estar dar de nós ao próximo, somos capazes de muito mais do que alguma vez almejamos imaginar. Às empresas, sobretudo aos pequenos comerciantes e aos trabalhadores famalicenses, deixar uma palavra de esperança e incentivo, certos de que, com a capacidade e empreendedorismo que vêm demonstrando ao longo dos anos, seremos capazes de encontrar uma resposta e ultrapassar as adversidades que todos temos pela frente. Uma palavra de reconhecimento também para todos serviços municipais, pela determinação e assertividade que desde o início imprimiram no combate à propagação da pandemia. Só um município preocupado e próximo dos cidadãos estaria à altura de apresentar respostas tão céleres e eficazes, como sucedeu em Vila Nova de Famalicão. É com especial agrado que o grupo municipal do CDS-PP vê a medida deste município de distribuição de equipamentos de proteção individual por todas as famílias do concelho. Uma ação de escala, de proteção efetiva, mas também didática, lembrando a todos a importância da adoção e manutenção de comportamentos socialmente responsáveis, para já, melhor profilaxia para combate à propagação da doença. Por fim, uma palavra a todos os famalicenses. É de facto um orgulho pertencer a esta comunidade. Sem surpresa, uma vez

mais, perante um desafio que é totalmente novo e desconhecido, para o qual não há soluções mágicas, os famalicenses têm sabido estar à altura das circunstâncias, no cumprimento do seu dever cívico de proteção individual e coletiva. Face ao exposto, o grupo municipal do CDS-PP apresenta este voto de louvor e reconhecimento a toda a comunidade famalicense, pois estamos certos de que apenas unidos e remando no mesmo sentido seremos capazes de combater com eficiência este inimigo que é invisível, mas não invencível.” -----

**---ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Excelentíssima Mesa, excelentíssima Assembleia Municipal, senhores Deputados, excelentíssima Câmara, pedi a palavra desta vez para fazer uma pequena intervenção esclarecedora daquilo que são as nossas declarações de voto e as nossas propostas de voto que vamos apresentar nesta Assembleia. Naturalmente o PSD, como penso que todas as forças partidárias, estão especialmente preocupados com a atual situação que atravessa o nosso País, a Europa e o Mundo na sua generalidade e portanto em ocasiões especiais, nós não podemos deixar de registar aqueles que estão todos os dias a lutar para que esta pandemia não tenha repercussões maiores do que já tiveram, estamos a lutar para que Portugal possa, a Europa possa e o Mundo possa passar esta crise com o mínimo de prejuízos e danos colaterais que possam acontecer e sobretudo, penso que esta Assembleia tem o especial dever moral de prestar homenagem a todos aqueles que a nível nacional e a nível local têm prestado o seu contributo, têm feito com as suas ações aquilo que é a proporção do bem comum, que é neste caso a saúde pública de todos, e portanto, nós apresentamos votos setoriais, apresentamos votos que estou em crer que vão colher, todo o acolhimento por parte das outras forças partidárias, e foi essa a nossa intenção, mas quisemos realçar a nível concelhio, por um lado todas as empresas, todos os trabalhadores, todos os organismos, dentro dos quais o CITEVE, que muito contribuíram para que através da reconversão das suas atividades, através do seu esforço comum, através do empenho nas suas competências e nas suas qualidades, fizeram com que os famalicenses pudessem contar com aquilo que são os equipamentos necessários à preservação da nossa saúde. Nesse sentido apresentamos um voto de congratulação e de louvor em relação ao CITEVE, ao tecido empresarial e aos trabalhadores, apresentamos também um voto que pretende realçar a cooperação notória entre este Executivo Municipal, as associações, os agrupamentos

complementares de escolas e todo o mundo ligado ao ensino, para que se realce também o esforço tremendo que foi dotar os alunos e aqueles que mais precisam dos equipamentos necessários para que não pudessem ficar prejudicados com a nova realidade que é o ensino à distância. Por outro lado também, não podíamos deixar de fazer vincar um voto de muita apreciação em relação aqueles que estão a lutar todos os dias, aos médicos, aos enfermeiros, a todos os recursos humanos que estão nos hospitais, nos bombeiros, na sociedade civil, na proteção civil, a todos aqueles que de forma anónima e não só, estão a contribuir para que este flagelo não tenha as consequências que seriam de esperar. Finalmente estamos a apelar pelos nossos votos, a que se faça aqui de facto uma reflexão sobre aquilo que é necessário congratular, sobre aquilo que é necessário salvar, sobre aquilo que tem sido um esforço de todos e no que se refere à nossa Câmara Municipal, ao nosso concelho, realçar também toda a atividade do Executivo Municipal que tem mostrado tomar, e ter competências para tomar as medidas que são necessárias e que se mostram aquelas mais adequadas para a nossa terra.

**---LUÍS MONIZ (PS)** – Saudações a todos e a todas, estes tempos novos trazem novas formas de contacto e de realização da Assembleia Municipal, penso que sentimos todos falta do contacto pessoal, dos apartes, da saudável luta democrática, mas temos que acreditar que tudo vai correr bem. O Partido Socialista votará favoravelmente os votos apresentados pela CDU, e em particular a valorização dos enfermeiros e do SNS é profundamente justa e merecida, houve de facto anos em que se desvalorizou profissionalmente os enfermeiros, em que se desvalorizaram os salários e as carreiras e aumentaram os ritmos de trabalho, como vem reconhecido no voto, mas hoje reconhecidamente os tempos são outros, mais profissionais, a valorização das carreiras, trinta e cinco horas semanais, são a realidade, mas como diz o voto há sempre espaço para melhorias e penso que terá sido esse o sentido do voto apresentado. Permita-me também dizer que relativamente aos votos do PSD, ressaltamos o voto de louvor apresentado ao CITEVE, e dizemos que não há nada mais justo, personifica tudo aquilo que defendemos para o poder autárquico e para a visão de longo prazo, dos tais projetos estratégicos que muitas vezes já falamos, e a política do dia-a-dia, do imediatismo, da imagem, do folclore, passa com o tempo, mudam-se os Presidentes, alguns até já estão esquecidos, mas o que fica, mais do que as obras são os projetos pensados com

visão estratégica, com estrutura, e este projeto pensado à trintas anos por um Executivo Municipal continua agora a ser valorizado, e para além desse interesse estratégico Famalicão ainda teve de lutar na altura contra grande parte do PSD e do Governo de então, que queriam empurrar esta estrutura para Santo Tirso. Este voto é portanto extremamente justo para com os famalicenseiros que lutaram por este projeto, e ao mesmo tempo aqui o aprovamos e que damos o louvor, deixamos a interrogação, deixaremos algum projeto com esta dimensão para que nos lembremos daqui a tinta anos.-----

**---ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente, muito rapidamente para dizer o seguinte:- O Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente os votos de saudação apresentado pela CDU, iremos votar favoravelmente a moção apresentada pela CDU, iremos votar favoravelmente o voto de louvor e reconhecimento apresentado pelo CDS/PP, iremos votar favoravelmente o voto de congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do PS em relação ao Futebol Clube de Famalicão – Equipa de Futebol Feminino e iremos abstermo-nos nos restantes votos ou no voto de congratulação do Partido Socialista. Gostaríamos de o fazer, todavia, para que se clarifique posições pelos seguintes fundamentos:- Nós não podemos concordar com grande parte dos considerandos que estão expressos no voto do Partido Socialista, nós não podemos esquecer desde logo que o voto do Partido Socialista parte de um pressuposto que o Serviço Nacional de Saúde estava apto para responder a uma crise que nos apanhou a todos de surpresa, mas que se anunciava a falha desse SNS, desde logo pelas sucessivas cativações que os governos do PS têm feito ao longo dos anos, e portanto por essa menção, desde logo não poderíamos votar a favor. Por outro lado entendemos que este voto de congratulação ou de louvor apresentado pelo Partido Socialista peca por omissão, e eu penso que esta omissão não é politicamente inocente, mas visa atingir este Executivo Municipal, e ao fazê-lo está a ignorar toda a atuação deste Município naquilo que tem sido a tomada de medidas para proteção dos famalicenseiros, para que esta pandemia não resulte nas consequências que todos nós não queremos. E portanto, atendendo aos considerandos, atendendo também às omissões, especialmente às omissões que põem em causa não só a Câmara Municipal, mas todas as juntas de Freguesia deste concelho, o PSD não pode aprovar o voto. Não iremos votar contra por uma única razão, nós entendemos

também que, de facto o Governo de Portugal exerceu as suas funções fazendo aquilo que lhe competia, e portanto pondo aquilo que é a política, terminando aquilo que é essencial, o que nos importa a nós é o bem dos famalicenses, é o bem dos portugueses e o bem de Portugal. -

**---LUÍS MONIZ (PS)** – Senhor Presidente, senhores Deputados, só para procurar esclarecer o sentido de voto do senhor Deputado Álvaro Oliveira. O que o senhor Deputado Álvaro Oliveira queria dizer é que não vou votar favoravelmente, apenas por mérito preconceito ideológico, e porque o voto foi apresentado pelo Partido Socialista, era isto que ele queria ter dito, mas não teve coragem de o dizer, e eu faço-lhe o favor. E na sua intromissão, naquilo que é o pensamento do PS para apresentação de votos, deixe-me sossegá-lo, que no voto do PS não está implícito nenhuma desconsideração pelo Executivo Municipal. -----

-----  
**--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE SAUDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, RELATIVAMENTE A TODOS OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE QUE TRABALHAM NA LINHA DA FRENTE NO COMBATE AO SURTO EPIDÉMICO, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.** -----

-----  
**--- POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, RELATIVAMENTE AO 12 DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DO ENFERMEIRO, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.** -----

-----  
**--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS, RELATIVAMENTE AO FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO – EQUIPA DE FUTEBOL FEMININO, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.** -----

-----  
**--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS, RELATIVAMENTE AOS DIRIGENTES, COLABORADORES E UTENTES DOS LARES DO CONCELHO DE VILA NOVA DE**

*FAMALICÃO NO COMBATE À COVID-19, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.*-----

-----  
--- *POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS, RELATIVAMENTE AO GOVERNO DE PORTUGAL E A TODOS OS PORTUGUESES, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM CATORZE VOTOS A FAVOR E CINQUENTA E CINCO ABSTENÇÕES.*-----

-----  
--- *POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, RELATIVAMENTE AOS AUTARCAS E AUTARQUIAS FAMALICENSES, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM SESSENTA E OITO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.*-----

-----  
--- *POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, RELATIVAMENTE À GRATIDÃO PARA COM TODOS ESTES NOSSOS HERÓIS AOS CUIDADOS COM OS INFETADOS, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.*-----

-----  
--- *POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, RELATIVAMENTE AO CITEVE E ÀS EMPRESAS DO CONCELHO NO COMBATE DA PANDEMIA COVID 19, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM SESSENTA E OITO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.*-----

-----  
--- *POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, RELATIVAMENTE À EDUCAÇÃO PARA TODOS, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR E DOZE ABSTENÇÕES.*-----

**--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS/PP, RELATIVAMENTE À COMUNIDADE FAMILICENSE E A TODOS OS QUE ESTÃO NA LINHA DA FRENTE AO COMBATE DA PANDEMIA, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.**-----

-----  
 --- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da:---

-----**ORDEM DO DIA**-----

--- **PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA.**-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Senhor Presidente, com o fim do estado de emergência e a anunciada retoma da atividade económica e social, torna-se indispensável que os serviços de transporte público, da responsabilidade Municipal, sejam capazes de garantir a mobilidade das populações no pleno respeito pelas condições sanitárias impostas pelo desconfinamento. O setor de transportes tem um papel indispensável nesta retoma, como sabe, setor pelas características da sua atividade, sofre uma exposição à contaminação, o que implica que devam ser asseguradas medidas acrescidas de limpeza e higienização dos autocarros de modo a proteger os seus trabalhadores e os passageiros que os utilizam. Face a este conjunto de questões, pergunto senhor Presidente, se está a tomar em devida nota que os serviços respetivos do Município, para além daquilo que já se conhece naturalmente, estão a considerar medidas, para que se verifique um aumento de número de autocarros, sobretudo em hora de ponta, que permita a redução da lotação através de colocação de barreiras também no seu interior para assegurar o distanciamento desejável, e se está prevista a colocação de dispensadores de higienização com álcool e gel nas entradas de passageiros, e se ainda está criada uma equipa de higienização para os próprios veículos com formação específica, a ser sediada certamente na Central de Camionagem. -----

---**HUGO SAMPAIO (PS)** – Dois mil e vinte que se perspectivava um ano de crescimento, de prospeção, e um ano que acima de tudo continuasse a trazer a normalidade dos tempos modernos e seguros de que todos nos habituamos a viver, infelizmente não foi isso que aconteceu, surgiu algo que todos nós pensávamos que seria impossível de acontecer nos tempos que vivíamos e onde vivíamos. Surgiu o COVID-19, um vírus que matou e mata milhares de pessoas por todo o mundo, assistimos diariamente a relatos de uma guerra sem rosto, com uma forma mortífera e implacável, assistimos a países com sistemas de saúde a abarrotar, profissionais de saúde exaustos e utentes ao cavalgar do vírus. Rapidamente Portugal não foi exceção, rapidamente nos deparamos com o surgimento do COVID-19, com ele o desconhecimento do inimigo que combatíamos, com ele o medo de algo que não víamos, algo que não sabíamos lidar. Vimos escolas a encerrar, fecho de fronteiras, muitos tiveram que se readaptar trabalhando a partir de casa, tivemos que desconfinar e isolar, atos como dar um beijo nos filhos, nos pais, dar um abraço a um amigo deixou de ser possível. Vimos os nossos pais, os nossos avós a ser ameaçados, deparamos com a triste realidade de os perder de repente, sofremos com a saudade. Uma triste realidade que nos fez e faz repensar a nossa escala de valores e prioridades, uma triste realidade que fará com que tudo nunca mais seja como dantes. O País parou, pararam também e reduzimos as proximidades e os afetos, contudo o melhor de nós não desapareceu, não importava se conhecíamos ou não conhecíamos o mundo, muitos se voluntariaram para ajudar aqueles que de casa não podiam sair, muitos se prontificaram a ajudar aqueles que mais necessidades sentiam e sentem com o vírus e tudo aquilo que o vírus nos privou. Vimos e vemos jovens a ir às compras para os mais velhos, vemos vizinhos a cuidar de vizinhos, vimos e vemos, mesmo com distância, o calor e o sorriso que muitos transmitem uns aos outros, dizendo que tudo vai ficar bem. Vimos a sociedade a dizer aos profissionais de saúde e todos aqueles que incansavelmente e heroicamente estavam na frente de combate, dizendo um obrigado, das coisas mais belas que se pode dizer a outro. Algo que a meu ver e que representa toda a esperança e crença na bondade, foi a caixa solidária em Famalicão, onde quem tinha colocava, quem necessitava iria buscar. Vimos com alguns erros, frutos dos conhecimentos, estruturas do SNS, vimos Governo e demais instituições e organizações a ter um comportamento de luta, combate,

saliência e sentido de missão. Como não poderia deixar de ser, uma palavra de agradecimento e reconhecimento, ciente que foram cometidos erros, frutos das circunstâncias. Uma palavra à Direção Geral da Saúde, ao Ministério da Educação e ao Primeiro-Ministro, todos eles representavam a força e o foco de todos nós. Uma palavra aos partidos políticos que assumiram como parceiros do Governo, uma palavra ao Dr. Rui Rio que num discurso assertivo se mostrou disponível para ajudar, em vez de ser mais uma força de bloqueio, postura essa que fora até elogiada fora de portas. Dr. Rui Rio que no espírito de missão escreve uma carta aos militantes do seu partido, onde pede ajuda de todos e apela ao espírito de união entre ajuda, numa situação como a que vivíamos e ainda em parte vivemos, não pode haver governantes e oposição, tem de haver essencialmente portugueses. Pena que esse apelo do líder da oposição não tenha sido percecionado. Como eu estava a dizer senhor Presidente e tentado abreviar, vimos em Famalicão, por exemplo, lares de idosos a pedirem ajuda de forma desesperada, onde tivemos o nosso Presidente de Câmara a dizer que nada poderia fazer, por se tratarem de instituições privadas. A pergunta que nós fazemos é: porque é que, nomeadamente no lar de Castelões o senhor Presidente não teve uma postura mais rápida, porque é que no lar de Bairro não estava preparado para reagir rapidamente. Entretanto questionámos o senhor Presidente de Câmara se os funcionários municipais aquando do encerramento do estado de emergência tinham todas as condições de segurança, se tinham acesso a desinfetante, se tinham acesso às máscaras, se as máscaras eram certificadas. Questionámos o senhor Presidente, como badalou, que iria apoiar financeiramente os bombeiros, questionámos se esse apoio já foi feito. São as perguntas que nós temos neste momento.-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Sobre a questão colocada pelo Deputado Daniel Sampaio deixar a seguinte nota, como penso ser do conhecimento do mesmo e será com certeza dos senhores Deputados, os autocarros não são propriedade do Município, penso que se estava a referir aos autocarros, digamos, que circulam nas linhas que estão quer no contexto dos serviços mínimos, quer nos outros serviços que se estava a referir, esses autocarros são propriedade da respetiva operadora, a quem compete providenciar pela criação de todas as condições, para que as normas que estão em vigor

sejam cumpridas, além do código legal conhecido, nomeadamente no âmbito do estado de calamidade, que o Governo já renovou até ao final do corrente mês de maio, há também recomendações da Direção Geral da Saúde no que diz respeito a equipamentos de proteção individual, afastamento social obrigatório e distanciamento e também obviamente, ao uso de desinfetante e de outras ferramentas que nos protegem a todos, uns dos outros, e uns em relação aos outros. Portanto, estou seguro que essas entidades vão cumprir essas normas, até porque como sabemos, há autoridades, nomeadamente policiais, que têm a incumbência de assegurar o seu cumprimento, e de sancionar quem não o fizer. Sobre o Centro Coordenador de Transporte, dizer que, de facto, o Centro Coordenador de Transporte está equipado para que todas essas condições sejam asseguradas por parte de quem usa esse equipamento, sabendo que o usa, porque vai aceder ao autocarro, ou usa-o porque chegou ao mesmo depois de usar o autocarro. -----

--- Quanto às questões colocadas pelo Deputado Hugo Sampaio, eu penso que ele se queria referir ao lar residencial de Cavalões e não de Castelões. Eu quero renovar nesta Assembleia o que disse publicamente quando foi oportuno, que a Câmara Municipal soube do problema em Cavalões numa sexta-feira à noite, e quando soube a situação já estava alastrada a um número significativo de utentes, tanto assim que a atitude, a providência foi adotada no sábado seguinte, quando, também é público, a situação já é conhecida pelas entidades da Saúde Pública na terça-feira dessa mesma semana, é impossível que a Câmara Municipal, qualquer Câmara Municipal, em tão poucas horas, naquela altura, é bom não ignorar, estávamos durante o mês de março, foi talvez o primeiro lar residencial a viver um problema destes, era impossível que a Câmara Municipal conseguisse em meia dúzia de horas providenciar nomeadamente um hospital campanha, ou uma retaguarda, ou uma estrutura, qualquer que ela fosse, para alojar aqueles utentes, até porque como é sabido, a Câmara Municipal não detém nenhum lar, não há nenhum lar em Famalicão que seja detido pela Câmara Municipal. Eu fui abordado pelo senhor Diretor da Segurança Social de Braga, preocupado e compreensivelmente preocupado, e em conjunto encontramos uma solução. É bom não ignorar que a solução que se encontrou em Famalicão foi até usada como exemplo de uma boa prática, recorro o que aconteceu nos dias seguintes noutros municípios, onde

não foi possível encontrar a solução que Famalicão encontrou, que foi o Hospital Militar, eu acho que a solução encontrada para Cavalões foi uma excelente solução, porque resolveu e bem, felizmente, o problema a quem estava a vivenciar-se. Quanto à questão de Bairro, a questão de Bairro como os senhores Deputados devem imaginar aconteceu, como infelizmente aconteceu em muitos outros lares, eu recorro que tomei uma posição inicial de defender a realização de testes em todos os lares, a todos os utentes e a todos os colaboradores, a resposta que eu tive dos responsáveis foi que não era tecnicamente possível fazer esses exames, eu compreendo que não houvesse na altura os exames em quantidade suficiente para que os testes fossem feitos. Mas mal os serviços de saúde sinalizaram a existência de testes disponíveis, a Câmara Municipal de Famalicão, apoiou, custeou os testes que foram realizados nesses lares, no que diz respeito aos utentes, tendo a ARS e o ACES de Famalicão, o ACES Ave custeado os testes em relação aos colaboradores, e portanto nós fomos dos primeiros a nível nacional a tomar atitudes acerca daquilo que se devia fazer nos lares e hoje é sabido que, cerca de quarenta por cento das mortes em Famalicão, são mortes de pessoas que estão institucionalizadas, pessoas que estão em lares, e por ventura é de esperar que se alguma nova vaga existir, essa relação esteja mais sensível, seja mais suscetível de ser contagiada com este vírus - COVID-19. Mas dizer que, o que foi feito no lar em Bairro, foi feito em muitos outros lares, nós estamos em permanente contacto com os seus responsáveis, e a tomar atitudes, criando soluções de efeito espelho e outras, que tem ajudado a que os contágios não tenham sido maiores do que os que foram. Quanto às questões finais, senhor Deputado, no que contempla da segurança do pessoal da Câmara Municipal, as normas estão a ser cumpridas rigorosamente, quanto ao apoio aos Bombeiros já foi aprovado em Reunião de Câmara o apoio às três Corporações de Bombeiros e o apoio à Cruz Vermelha de Ribeirão. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Eu gostaria só de perguntar ao senhor Presidente, se em articulação com os serviços da Administração Central, nomeadamente a Direção Geral da Saúde, estima ou se tem uma previsão de quando se normalizarão todos os serviços afetos ao Município, nomeadamente Bibliotecas, Casa das Artes, Casa da Juventude, etc., Piscinas, essa infinidade de serviços que estão afetos ao Município, ou que são geridos pelo

Município, alguns já estão previstos, nomeadamente espaços abertos, o Parque da Devesa, etc., está prevista a normalização na próxima semana. Portanto, se há alguma estimativa por parte do Executivo quando os restantes equipamentos poderão estar operacionais para a população. E já agora também, outra questão tinha a ver com todas as pessoas que não têm contratos ou têm contratos precários com o Município, se de alguma forma se viram afetadas com toda esta situação, ainda estamos a falar certamente de dezenas e dezenas de trabalhadores, gostaria de saber qual é o ponto da situação desse universo, de prestadores de serviços, prestadores a recibo verde, etc. do Município. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Senhor Presidente, peço desculpa por não ter terminado um pequeno conjunto de perguntas, mas entretanto caíram-me aqui os apontamentos e andei aqui a voar um pouco à procura deles. Gostava de lhe colocar uma outra questão muito rapidamente, ou mais duas questões, tem a ver com o seguinte: O público que tem necessidade de se deslocar às instalações da PSP, o acesso é unicamente possível através de uma íngreme escadaria, o que torna difícil o seu acesso a pessoas de mais idade ou com limitações motoras. Uma possível solução, passaria por ultrapassar essa dificuldade com a construção de uma rampa. Estará essa solução nos propósitos da Câmara? Por último, no novo parque automóvel da Estação da CP, coloca-se um problema idêntico ao anterior: Em lugar de uma escada íngreme, os utilizadores têm de vencer uma rampa de grande desnível. Pensamos que, queira a Câmara, a solução nem sairá dispendiosa, pois a simples colocação de um corrimão de auxílio facilitaria o trânsito das pessoas mais velhas, ou com outras dificuldades físicas. Esperamos a sua melhor atenção para estas recomendações, senhor Presidente, obrigado. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Sobre as questões colocadas pelo senhor Deputado Paulo Costa dizer que quanto aos Serviços Municipais, na segunda-feira a Biblioteca também abrirá, assim como o Arquivo Municipal, Balcão Único também, mas privilegiando os atendimentos com prévia marcação, queremos que este regresso à normalidade seja um regresso pausado e cauteloso. Quanto às questões relacionadas com as Piscinas e com os Pavilhões, ainda é muito cedo, não temos nenhum prognóstico que possamos apontar em relação a isso, vamos acompanhar a evolução da situação no País e no

Concelho, em função disso tomaremos decisões que sejam ajustadas às mesmas circunstâncias. Quanto ao pessoal da Câmara com contratos precários, quero dizer que até hoje não há nenhuma situação de extinção por iniciativa da Câmara Municipal, quer em avenças, quer em tarefas, não quero dizer que havendo serviços que sejam descontinuados, as pessoas estão vinculadas por esse mesmo serviço, que o seu contrato se mantenha, como é óbvio. Se o serviço que justificava a contratação da pessoa deixar de estar em curso, a contratação da pessoa também cairá por função disso, mas não há nenhuma previsão, neste momento não houve nenhuma decisão, nem há nenhum colaborador da Câmara Municipal que tenha cessado o seu vínculo por força desta circunstância. -----

--- Quanto às questões colocadas pelo Deputado Daniel Sampaio, senhor Deputado claro que sim, a sua sugestão é bem-vinda em relação ao corrimão, eu vou ver tecnicamente a possibilidade, confesso que é uma questão, que se for tecnicamente possível, pois com certeza que o faremos, é um bom contributo que é dado para melhorarmos a segurança de quem usa aquele equipamento. Quanto ao acesso à PSP, quero dizer-lhe que é um tema de muitas conversas com o Governo, na próxima semana terei uma reunião com o senhor Secretário de Estado, onde a questão da PSP também será tratada, como é sabido fui ver já a intervenção em relação essencialmente ao telhado para conter as questões relacionadas com infiltrações, mas há muito mais a fazer na PSP, como há mais a fazer na GNR, quer em Famalicão, quer em Riba de Ave, quer noutras circunstâncias, esperemos que rapidamente, quando possível haja condições para que essas intervenções se façam, da parte da Câmara Municipal haverá sempre a colaboração para interagir com o Governo e conjuntamente podemos encontrar as melhores soluções. -----

---**JOÃO ARAÚJO (PSD)** – A minha questão ao senhor Presidente da Câmara, já colocada anteriormente por outros intervenientes, vou colocar muito a sua atenção em medidas preventivas quanto à saúde individual e quanto à saúde coletiva das pessoas. Eu vou focar um bocadinho a minha questão numa orientação ligeiramente diferente, em que este impacto, esta COVID está a criar danos colaterais no comércio, na indústria, nas micro, nas pequenas e nas médias empresas, e a minha questão ao senhor Presidente da Câmara, ainda ontem no Governo da República, saiu um Decreto-lei, a Lei G de 2020, de apoio à compra

de equipamento de proteção individual para o comércio e para a indústria. Nós sabemos que todos esses apoios, o volume desse incentivo é muito pequeno para as necessidades do País, e eu pergunto e focalizo-me no concelho de Famalicão, qual é a sua perceção e quais as medidas dentro de algum enquadramento a autarquia pode mitigar ou diminuir o impacto desta crise financeira quer nas pequenas e micro empresas e foco muito a atenção para o comércio, que eu acho que o comércio vai ser a atividade que vai ter um forte impacto. Para terminar senhor Presidente, neste momento também gostaria de saber qual é o impacto na taxa de desemprego em Vila Nova de Famalicão. -----

---**HÉLDER PEREIRA (CDS/PP)** – Para colocar apenas duas questões ao senhor Presidente da Câmara, primeiro felicita-lo pelo trabalho que tem vindo a desenvolver no combate a esta pandemia, felizmente em Famalicão parece que está a ser controlada devidamente, isso também é refletido pelos famalicenses que conheço e com quem eu falo, e que reconhecem neste Município um excelente trabalho. Senhor Presidente eu gostaria de lhe colocar aqui duas questões muito simples, a primeira tem a ver com uma medida que lançou, julgo que logo no início que se instalou esta situação, tem a ver com o pagamento, julgo que até foi das primeiras autarquias a fazê-lo a nível nacional, que se disponibilizou para proceder ao pagamento dos testes aos utentes dos lares de idosos, se isto se confirma e como é que foi operacionalizado. A segunda questão que lhe queria colocar é relativamente ao lar de Cavalões, eu na altura quando surgiu essa situação, tive oportunidade de ler uma notícia no Jornal de Notícias, dizia que: “A Câmara Municipal de Famalicão teve um papel decisivo na resolução deste problema”. Tendo em conta que a competência, julgo, de legalização e fiscalização deste tipo de entidades corresponde à Segurança Social, pergunto-lhe se é verdade e se efetivamente o Município teve aqui um papel preponderante na resolução desta situação.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Sobre a questão que o senhor Deputado João Pedro Araújo aqui trouxe em relação ao desemprego, quero dizer que nós apresentamos, aquilo que chamamos um plano de reação à situação epidémica e de intervenção social e económica, cujo objetivo era atacar as três frentes, a frente de saúde pública, a frente social e a frente económica. Desde dessa altura que estávamos conscientes

que o problema que vivíamos não era só de saúde pública, também tinha uma dimensão social e uma dimensão económica. De facto o desemprego é um problema que estamos a viver, neste momento o concelho tem bastantes mais desempregados do que tinha durante o mês de fevereiro, há um aumento de desemprego, temos cerca de mil e duzentos desempregados novos que não tínhamos no final de fevereiro, não quer dizer que sejam todos imputados à crise, mas seguramente uma esmagadora maioria desse desemprego resulta da circunstância que vivemos, esperemos em conjunto conseguir mitigar as mesmas consequências com as medidas que estão a ser implementadas a nível nacional e a nível local, e também com o empreendedorismo e o arrojo de empresários e trabalhadores. Quanto às questões do Deputado Hélder Pereira, muito sinteticamente, testes nos lares, de facto fomos um dos primeiros Municípios a querer fazê-lo, disseram-nos que tecnicamente não era possível, mal tecnicamente foi possível, avançamos e foram feitos os testes aos utentes que foram custeados pelo Município. Quanto à questão do lar de Cavalões, de facto a solução encontrou-se pela interação entre a Câmara Municipal e os diferentes agentes. Conseguimos com o contacto ao Hospital Militar do Porto, criar condições com o envolvimento das corporações dos bombeiros, para que fosse ativada essa resposta e conseguimos solucionar cem por cento dos casos, é bom notar que foi uma deslocação de cem por cento dos utentes desse mesmo lar, algo de pouco comum, sabemos e acompanhamos pelas televisões o que aconteceu nos outros casos, felizmente em Famalicão esse caso foi bem-sucedido.-----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, um cumprimento especial a vossa excelência. Relativamente às observações que tenho para fazer, independentemente da possibilidade do senhor Presidente da Câmara posteriormente poder dar as respostas devidas, deixe-me dizer que apesar da avaliação que o senhor Presidente da Câmara fez, não concordo com a perspetiva que tem, entende o Partido Socialista que a Câmara Municipal andou neste período principalmente a reboque de uma série de iniciativas e não tomou uma atitude ativa no sentido de responder às necessidades que foram surgindo de forma urgente, nomeadamente em Famalicão. E recorro desde logo, que em dezasseis de março o Partido Socialista apresentou uma proposta, colocando-se à total disposição da Câmara Municipal

para colaborar naquilo que fosse necessário, apresentou uma série de propostas, mais de quinze propostas que o Partido Socialista foi apresentando durante este período, e há uma sobre a qual gostaria de reforçar diretamente e que tem a ver com a proposta que o Partido Socialista fez, da redução das tarifas da água. O senhor Presidente da Câmara, na Câmara negou, essa proposta foi votada contra, dizendo expressamente que esses descontos teriam um impacto orçamental de sete milhões de euros. Eu gostaria que o senhor Presidente de Câmara informa-se que estudo económico fez para poder afirmar, se é que ainda hoje continua a afirmar que a proposta do Partido Socialista para redução das tarifas da água, de facto explicaria esses sete milhões de euros e o favor de nos poder facultar esse estudo. Em segundo lugar, o senhor Presidente da Câmara também disse que as medidas que adotou seriam numa base de cinco milhões de euros de investimento em respostas sociais. O que eu pedia também ao senhor Presidente da Câmara, é que nos informasse qual foi o estudo financeiro e económico em que baseia estes números dizendo que tem cinco milhões de euros apostados, e perguntava-lhe também se fez contas aquilo que a Câmara Municipal poupa nesta altura, pelo facto de haver inúmeras iniciativas e projetos que foram cancelados em virtude desta pandemia, porque fazer conta ao investimento, também tem na mesma razão de serem feitas contas, aquilo que não pode agora ser feito e que portanto representa uma poupança do Município. Outra questão que gostaria que a Câmara Municipal quando entendesse pertinente respondesse, é se as máscaras que forneceram aos funcionários da Câmara Municipal eram ou não máscaras certificadas. Outra questão que gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara é relativamente ao Kit que ofereceu às populações, e estou-me a reportar em concreto às luvas, se o senhor Presidente da Câmara sabendo hoje como toda a gente sabe, que não é aconselhável a distribuição de luvas à comunidade, porque não faz parte de um boa educação para a saúde a distribuição de luvas, se o senhor Presidente da Câmara hoje fazia a mesma coisa, ou se por ventura poupava nas luvas para as distribuir aos profissionais de saúde, que sim sabem utilizar luvas e sabem utilizá-las convenientemente e com as devidas regras de higienização. E por último senhor Presidente da Câmara, há pouco referiu-se aos apoios aos bombeiros, aquilo que os

bombeiros pretendem saber é tão simplesmente isso. O senhor Presidente da Câmara já disponibilizou esse dinheiro aos bombeiros e às respectivas associações, ou ainda não. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente, senhores Deputados, o senhor Deputado Paulo Folhadela diz que a Câmara Municipal chegou atrasada, eu peço imensa desculpa senhor Deputado, mas eu acho que o senhor Deputado é que chegou muito tarde naquilo que deveria ser a sua atenção a esta matéria, não só o senhor, como o Partido Socialista. Eu pergunto-lhe e aproveito ao mesmo tempo que lhe contesto as suas afirmações, deixar as perguntas ao senhor Presidente da Câmara Municipal. Ao senhor Presidente da Câmara Municipal eu pergunto se é ou não verdade que foi Vila Nova de Famalicão o primeiro Município a aprovar o Plano de Contingência Interna, e que depois foi Replicado por muitas Câmaras Municipais do País, entre elas as do Partido Socialista. Pergunto também ao senhor Presidente da Câmara, se é ou não verdade, que o plano ativação do Plano de Emergência de Proteção Civil ocorreu antes da ativação do Plano de Emergência Nacional de Proteção Civil e ocorreu antes da ativação do Plano de Emergência de Proteção Civil Distrital. Eu vou-lhe só deixar três datas para que o senhor Presidente mas confirme, esse plano em Vila Nova de Famalicão foi ativado no dia dois de março do corrente ano, no âmbito nacional foi só no dia vinte e cinco de março, veja-se bem, vinte e três dias depois, o distrital foi no dia vinte e seis, portanto, vinte e quatro dias, e se quisermos socorrer aqui das Câmaras, as tais Câmaras do Partido Socialista, que estavam muito atentas a toda esta matéria e que foram as primeiras a atuar, a Câmara Municipal de Guimarães apenas atuou ou ativou o seu Plano de Emergência no dia vinte e sete de março. Pergunto senhor Presidente, se confirma ou não estas datas. Depois dizer também, aquilo que foram as primeiras medidas de combate à propagação, a Câmara Municipal de Famalicão, as primeiras medidas que levou para o terreno senhor Deputado Paulo Folhadela, foi no dia dez de março, provavelmente uma data que o senhor Presidente da Câmara poderá confirmar, sabe qual foi a data em que a Câmara Municipal de Guimarães lançou as suas primeiras medidas, repare bem, foi no dia vinte e sete de março. E portanto eu poderia aqui continuar com outras Câmaras Municipais, de Barcelos, e naturalmente outras também do próprio Partido Social Democrata, mas apenas para deixar isto, não há nenhuma Câmara

Municipal no País que tenha adotado medidas tão rápidas como aquelas que a Câmara de Famalicão tomou no âmbito das medidas de contenção da propagação do coronavírus. Eu acho portanto que o senhor Deputado é que chegou muito tarde, ou a sua atenção chegou muito tarde a este plano. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Logicamente, é nesse ponto que estamos, portanto não fazia sentido o contrário, e ao contrário do senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira não vou fazer perguntas a nenhum Deputado de outro partido. Vou-me cingir única e simplesmente a fazer perguntas ao senhor Presidente da Câmara, que certamente, oportunamente nos poderá responder. As minhas perguntas são simplesmente estas, senhor Presidente da Câmara é verdade ou não que a partir do dia dezanove de março o Partido Socialista apresentou uma série de propostas no âmbito de combate ao COVID-19 em reuniões da Câmara. É verdade ou não que vossa Excelência em Reuniões de Câmara, sistematicamente recusou essas propostas todas com variados argumentos, desde custos, que certamente como já disse o meu camarada de bancada, carecem de tal esclarecimento. É verdade ou não que a generalidade das medidas que foram implementadas por esta Câmara, este Executivo, já tinham sido antecipadamente propostas pelo Partido Socialista nessas ditas Reuniões. -----

--- **SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2019 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.** -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Quanto à Gestão de 2019 que está aqui em discussão, deixar só uma breve nota introdutória da satisfação que tenho enquanto autarca, de ter tido a oportunidade de fazer parte do elenco vastíssimo, daquelas e daqueles que ao longo do ano passado muito contribuíram para que a fotografia que se tirou ao Concelho no dia um de janeiro fosse diferente da fotografia tirada no dia trinta e um de dezembro, e é inegável, mais maduro, mais capaz, mais competente, com empresas empreendedoras, trabalhadores, cidadãos, agentes culturais, desportistas, jovens, séniores, em todas as áreas, em todas as dimensões, estávamos claramente um Concelho melhor, do que quando começamos o ano. Eu acho que todos nós, no nosso dia-a-dia, nas nossas vidas pessoais, familiares e outras, fazemos avaliação do nosso desempenho, daquilo que nós

somos, daquilo que nós fomos, do percurso que tivemos. Aqui nós estamos a fazer uma avaliação do eu, estamos a fazer uma avaliação do nós, do conjunto, da comunidade, e da mesma forma como cada um de nós deve querer o melhor para si, aqui queremos o melhor, estou certo que nessa tarefa não estou sozinho, felizmente estão cada vez mais os famalicenses que se juntam a nós nesse ato que é cuidar dos nossos concidadãos, é criar condições para que sejam mais felizes, para que sejam melhor sucedidos. E a perceção que eu tenho, é que o exercício que findou a trinta e um de dezembro do ano passado, e que agora está aqui para avaliação, para ser escrutinado, para ser votado, foi um exercício pleno, foi um exercício que deixou uma memória positiva, foi um bom ano, foi um ano bem-sucedido, foi um ano onde conseguimos as nossas metas, não as conseguimos todas, não faço parte do grupo daqueles que diz que fez tudo o que queria fazer, não, nós fizemos tudo o que podíamos ter feito naquelas específicas circunstâncias de tempo e de lugar. Quando no final do ano anterior, dois mil e dezoito, anunciamos a Famalicão e aos famalicenses o que queríamos fazer em dois mil e dezanove, fomos claramente ambiciosos, queríamos muito para o nosso Concelho, e porque somos muito ambiciosos e queremos muito para o nosso Concelho, é normal que no ano seguinte não consigamos atingir cem por cento dos objetivos, mas isso não nos desvia nunca do que é essencial, nem permite que façamos uma avaliação menos positiva daquilo que nós fizemos. E, portanto repito, tivemos a altura dos pergaminhos de Famalicão, tivemos a altura daquilo que é a essência de ser famalicenses, e este documento que aqui hoje vem a discussão e a votação reflete um pouco daquilo que nós fomos ao longo do ano civil que terminou há uns meses a esta parte, e é essa herança que nós transportamos para o ano que estamos agora a viver, e as circunstâncias que agora vivemos são circunstâncias difíceis, que nos obrigam a medidas, também elas difíceis, sabemos que desta crise sairemos mais fortes por ventura, mas teremos um percurso difícil, doloroso, com medidas que nos vão obrigar a todos a sacrifícios, mas para mim algo que é fundamental, se nós não tivéssemos começado este ano tão bem como começamos, fruto das heranças de sucessivos anos bem-sucedidos, nós estaríamos mais frágeis, mais débeis, menos preparados para vencer esta dificuldade, como uma doença que afeta uma pessoa, quando essa pessoa está bem física e psicologicamente, é mais fácil vencer a doença, do que

quando não está tão bem física e psicologicamente. Pois bem, o nosso concelho está bem, está de saúde, recomenda-se, terminou um exercício bem-sucedido, e por isso está preparado, melhor do que a esmagadora maioria dos concelhos deste País para vencer esta dificuldade, e por isso acredito que o somatório das ações que temos todos empreendido, não é só a Câmara Municipal, são as juntas de Freguesia, a encimar logo aqueles que são os atores que eu considero mais relevantes no contexto concelhio, mas também as associações, as empresas, os trabalhadores, toda a dinâmica, os cidadãos, todos eles sem exceção, é esta massa rija que caracteriza o ser famalicense, que nos permite ano após ano crescer e chegar a um contexto como este, e dizer que estamos preparados para vencer o desafio, e que a dificuldade que vamos passar é superável e estou certo que vamos ressurgir da mesma forma como já ressurgimos várias vezes ao longo da nossa história.-----

---**LUÍS MONIZ (PS)** – Senhor Presidente, ainda que a destempo, gostaria de colocar duas questões à Mesa, a primeira tem a ver com e para efeitos futuros, a consideração de perguntas ao Presidente e a possibilidade de essas perguntas ao Presidente poderem ser enquadradas, poder ser feita a gestão do tempo pelo Grupo Municipal e pelo interveniente que o fizer. A nossa interpretação é que deva terminar com uma pergunta, mas a gestão e a sua formulação deve ficar a cargo de cada Deputado e do Grupo Municipal, e gostaria de um esclarecimento da Mesa se esta interpretação está correta ou não. A segunda pergunta tem a ver com um esclarecimento que vamos pedir à Mesa sobre, se vai tomar algum tipo de medida relativamente ao comentário profundamente infeliz que foi produzido aquando da intervenção do senhor Deputado do Bloco de Esquerda, e atendendo a que esta Assembleia está a ser gravada e que pode ser audível por todos, e puxado para trás para ouvir o que foi proferido por um Deputado desta Assembleia, gostaríamos de saber se a Mesa vai tomar algum tipo de iniciativa, contando que vão existir outras Assembleias deste modo e não gostaríamos que esta fosse a prática das Assembleias Municipais.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – Primeira questão, é evidente que nas questões colocadas ao senhor Presidente da Câmara, a gestão do tempo e das questões é feita pelo respetivo Grupo Municipal, no caso limitei-me apenas a registar o que me parecia mais o menos óbvio, que não podendo o senhor Presidente de Câmara

responder, as perguntas colocadas significam que não teriam resposta, muito embora possam ficar registadas, isso também sublinhei, para efeitos de outra sessão e disse inclusivamente que poderiam até ser apresentadas por escrito se assim o entendessem, portanto quanto a isso, de resto é a prática corrente, normal há muito tempo, não é sequer questão senhor Deputado Luís Moniz. Quanto à segunda, eu não ouvi, percebi a reação, a interrupção do senhor Deputado do Bloco de Esquerda, que de resto julgou que fosse eu que estava a falar, coisa que manifestamente não era facto, não era verdade, porque eu não estava a falar, não ouvi, não sei o que foi dito, se diz que está gravado, certamente escutarei, agora também me parece o seguinte senhor Deputado, pode ser uma interpretação minha, mas imagine o senhor Deputado que numa sessão normal de uma Assembleia Municipal nos Paços do Concelho, alguém sussurrava ao ouvido algum comentário menos delicado relativamente a alguém que estava a usar da palavra, certamente o senhor Deputado não se iria levantar para dizer a todo o plenário, este meu colega disse-me isto. Certamente que quem proferiu o comentário, que eu não ouvi, proferiu um comentário convencido que o microfone estaria desligado, se calhar fez um desabafo, mas estava ligado, e portanto é uma coisa que acontece, é mais o menos como aquele fenómeno das escutas senhor Deputado, nós às vezes lemos nos jornais escutas com declarações em relação a terceiros, e ficamos, como é possível que ele tenha dito isso, se a maior parte das pessoas tivessem acesso às nossas conversas privadas, ficariam muito surpreendidas com o que todos nós dizemos em relação a outros, mas que, precisamente convencidos que em privado, essas conversas não serão do domínio público. Eu estou convencido, e tenho a certeza que o senhor Deputado Luís Moniz também, que esse comentário, terá sido um comentário que a pessoa em questão, não sei qual foi, proferiu de forma privada, não sabendo que o microfone estava aberto, mas estava. E assim sendo, não me parece que seja de relevar, será talvez a minha opinião, mesmo assim, senhor Deputado Luís Moniz eu escutarei com atenção juntamente com a Mesa, e se for caso disso, obviamente que decidiremos o que tenha que ser decidido. -----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – A minha interpelação ainda foi feita no âmbito da discussão do ponto anterior, mas permita-me somente dizer em relação à interpelação à Mesa anterior, que o senhor Presidente da Mesa e a Mesa tendo oportunidade de ouvir a

gravação, que se for necessário podemos desde já disponibilizar ao senhor Presidente acerca do que foi dito por um determinado membro desta Mesa, vossa Excelência e a Mesa tenho a certeza que reconsiderará a observação que há pouco fez. De qualquer forma a interpelação à Mesa que pretendia fazer ainda no âmbito do outro ponto senhor Presidente, era simplesmente para dizer que obviamente tendo consciência de que o tempo já tinha passado, que endereçarei por escrito as perguntas ao senhor Presidente da Câmara nos termos regimentais, sendo certo que relativamente às perguntas que o senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira me fez, pela mesma razão, pelos termos regimentais, não tenho de as responder, sendo certo que estarei disponível se ele quiser enviar-mas por escrito também. -----

---**HÉLDER PEREIRA (CDS/PP)** – Apenas dizer que efetivamente já fui aqui alertado por pessoas que estão a assistir à Assembleia, que efetivamente se ouviu um aparte da minha pessoa, e que deu a sensação que estaria a dirigir-me ao senhor Deputado Paulo Costa do Bloco de Esquerda, pessoa que de resto prezo muito, e ele bem sabe disso. Queria dizer que eu estava numa chamada telefónica a tratar de um assunto profissional, e pensei que tinha o microfone desligado. Portanto, eu peço desculpa a todos os membros desta Assembleia Municipal, não me estava a dirigir a nenhum membro que está presente, nem a outra pessoa, estava a falar, e como disse o senhor Presidente, em privado com outras pessoas e que nada tem a ver com os assuntos da Assembleia Municipal. Quero deixar aqui este pedido de desculpas, mas também quero que fique claro, e tinha que o fazer, porque quem não se sente, não é filho de boa gente, não obstante obviamente à análise e avaliação que a Mesa da Assembleia poderá fazer posteriormente, eu quero deixar já aqui esta nota, para que fique claro que não foi minha intenção ofender quem quer que seja. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Primeiro dizer que ouvi com atenção a intervenção do senhor Presidente da Câmara, e tenho que reconhecer, há tantos anos que ando nisto, nunca vi uma intervenção tão pobre relativamente a um relatório, a um documento que é de extrema importância, porque no fundo retrata aquilo que foi feito durante um ano em Vila Nova de Famalicão. Excelentíssimos senhores estamos hoje aqui numa sessão da Assembleia Municipal que se realiza em circunstâncias muito especiais, este formato, através de videoconferência obriga-nos a que façamos intervenções e apresentemos análises mais

sucintas e mais pragmáticas, da minha parte vou tentar abster-me de algumas análises, principalmente comparativas, que são importantes, mas que entendo que iriam prolongar em muito a minha intervenção, que não se adequam a este formato de intervenção. Essas ficarão certamente para outras núpcias. Este Relatório de Gestão e Prestação de Contas que temos para análise e votação é um tipo de documento que retrata aquilo que realmente foi feito. É neste momento que todos, mesmo os mais sépticos ou enganados tem a certeza de que a ilusão criada no momento da apresentação do Plano de Atividades e Orçamento, ilusão essa alimentada durante todo o ano, por uma muito competente e profissional máquina de propaganda, à que o reconhecer, tem o fim, em que essa ilusão se esfuma, em que a realidade pela gemada através dos números, mostra a realidade, muitas vezes cruel para os famalicenses, e todos sabemos a aversão de que este Presidente tem pelos números, desvaloriza-os mesmo, porque eles são como o algodão, não enganam. Ao longo destes últimos anos na análise deste tipo de documentos, têm usado múltiplas figuras de estilo e análises filosóficas que são usadas, ou tem por base a ilusão, e infelizmente para os famalicenses qualquer uma delas podia ser usada para a análise e classificação deste relatório, ou seja, o caminho do engodo, da ilusão mantem-se, e é pena, realmente é pena. Este relatório evidencia um conjunto de verdades, que a maior parte dos famalicenses ignora, ou alguns tem de ignorar, porque muitas vezes vivem na dependência Municipal, e por isso dá jeito, ou não tem mesmo outro remédio, do que ignorar. Aliás, como já referimos, na Câmara existem logo algumas ideias base que se podem extrair de tão óbvias que são neste documento. Mais uma vez as previsões apresentada no Plano e Orçamento voltaram a estar muito longe, do que realmente aconteceu. Também se pode constatar, que é graças ao esforço dos famalicenses, que é possível aumentar as despesas e manter as contas equilibradas, caso contrário a derrapagem era inevitável, falta saber até quando é possível evitar essa derrapagem. Que os impostos cobrados continuam a crescer, o que facilita no pagamento da despesa, e que a um total de despesa de quase 99 milhões de euros, ainda ascende em 72,5 milhões de encargos futuros já assumidos em dois mil e dezanove. Quando falamos de investimento, no momento da apresentação do orçamento o PS avisou que não havia cabimento orçamental para tal investimento, no entanto esta coligação não quis ouvir,

como é normal, e agora constatamos que mais uma vez planearam mal, não conseguiram definir com rigor o financiamento, o que resultou mais uma vez de um desvio brutal entre o planificado e o realizado. Refira-se que este ano a execução foi de 54% relativamente ao orçamentado, e de 64% face ao definido, ou seja, com financiamento garantido, valores aliás muito semelhantes aos dos últimos anos, que demonstram uma coerência e constância na falha de planeamento e execução. Uma máquina de ilusão muito bem montada, tenta escamotear e quer fazer crer que estamos no bom caminho. Em termos de execução só orçamental, e não me canso de referir aquilo que todos sabemos, mas que só alguns o dizem, ou podem dizer, a situação financeira da Câmara poderá estar ameaçada, a despesa corrente continua a crescer, ano após ano, esta despesa, praticamente fixa, a este ritmo de crescimento seguramente colocará questões sérias relativamente ao futuro, pois a sustentabilidade não é garantida, e o PS tem vindo a alertar para esta situação. O aumento da receita corrente é praticamente, totalmente deslocado para a despesa corrente, que de uma forma perigosa não para de crescer, esta despesa representou 73% total de despesa. De certeza, que nenhum dos que me estão a ouvir, estão de acordo com esta trajetória, eu sei que muitos não o podem dizer, mas peço um favor a essas pessoas, que por motivos vários não o podem dizer, que tentem dentro do seu campo de ação alertar para esta trajetória prejudicial para o Município, porque esta é a nossa terra, são os famalicenses que estão em jogo, fica o apelo, façam-no antes que seja tarde demais. Em termos de despesa há uma rubrica que continua a crescer e que carece de explicação obrigatória, que é a do pessoal avençado. Em dois mil e dezanove pagamos mais de 1,8 milhões de euros em pessoal avençado, mais 4% do que relativamente a dois mil e dezoito, mas se compararmos com o valor de dois mil e treze, vemos que o valor com o pessoal avençado mais que duplicou desde essa data, ou seja, desde que este Presidente de Câmara tomou posse, o valor pago em pessoal avençado, já aumentou em cerca de 1 milhão de euros, para um valor superior a 1,8 milhões de euros, e se considerarmos os valores já assumidos para exercícios futuros, esse valor ascende a quase 3 milhões de euros, é realmente muito dinheiro, não nos podemos esquecer, por exemplo, que a comparticipação que os famalicenses deram do seu IRS em dois mil e dezanove a esta Câmara, foi de cerca de 4,25 milhões de euros, este foi o valor do

IRS que esta Câmara não abdica, penalizando assim, de forma constante todos os famalicenses, ao contrário da maioria dos outros municípios portugueses que reduz este valor, e que este executivo diz ser primordial para a sua ação, ou seja, esta Câmara não abdica desta receita, mas depois em avenças gasta quase metade desse valor, e se considerarmos os compromissos para exercícios futuros, cerca de setenta por cento do IRS vai para esta rubrica, e quando, certamente temos tantos e bons quadros na Câmara, é urgente, exigível uma explicação cabal para este aumento desmesurado. Apesar da promessa de baixar os gastos com avenças, a situação agudizasse, apesar de vários profissionais a recibo verde passarem para os quadros do Município, a verdade é que os recibos verdes se mantêm, e para exercícios futuros já estão assumidos. Não sei se é fruto do cartão laranja azulado, o cartão mais forte no que toca a emprego neste Município, mas que a situação preocupa, isso preocupa. Aliás, quando falamos em despesa com pessoal, ela continua a sua tendência ascendente, relativamente a dois mil e dezoito, foram mais de 2 milhões de euros, quase 30 milhões de euros assumidos, dos quais 28,7 milhões de euros pagos. Neste mandato já confrontei vossa Excelência com o aumento de despesa do pessoal, ao qual vossa Excelência nos respondeu que o motivo tinha sido o contrato local da educação, tinha aumentado essa rubrica em cerca de 6 milhões de euros, e agora, este aumento de 2 milhões de euros deve-se a quê? É preciso não esquecer que desde dois mil e treze esta rubrica já aumentou mais de 11 milhões de euros, o valor gasto em despesa do pessoal desde dois mil e treze, é praticamente o arrecadado em impostos diretos, tem sido assim aliás desde de dois mil e treze, com o maior paralelismo nos últimos anos. Realmente são os impostos que os famalicenses pagam que dão para gastar de forma desmesurada. Também temos de perguntar se não será irresponsável realizar despesa com base numa receita orçamentada para dois mil e vinte, a situação atual não fará por em perigo esse equilíbrio tão estável que espreita o precipício. A constância também existe noutras rubricas famosas, a rubrica mais famosa desta máquina de ilusão, das festas e festinhas, que é a aquisição de serviços aumenta dez por cento, depois de dois anos mais estáveis, mas sempre com crescimento, volta a subir vertiginosamente, mas com tanta festa o ano passado, já era previsível. Além do que gastamos, estamos a comprometer o futuro com despesa já assumida, é o famoso quem

vier que feche a porta. Os impostos cobrados voltaram a subir seis por cento, com todos, desde munícipes a empresas a pagaram mais. Aqui dou razão à coligação, a estabilidade fiscal é uma realidade, é sempre a subir, é a chamada estabilidade ascendente, aliás, de realçar que o peso dos impostos cobrados na receita total sobe, e que mais uma vez a coligação se enganou no que tinha planeado, cobrou mais quase quatro por cento do que tinha previsto, só é pena que mais uma vez o engano tinha sido pago pelos famalicenses, aliás, quando este executivo se engana, nunca é a favor dos famalicenses. Quando prevê investir em prol dos famalicenses, investe menos, quando prevê cobrar aos famalicenses, cobra mais, realmente mantém-se a estabilidade, os famalicenses pagam, como diz o povo, o rio corre sempre para o mesmo lado. Gostaria também de referir que na Reunião de Câmara, os Vereadores do PS colocaram algumas questões ao senhor Presidente através de um requerimento escrito, que caso não obtenham resposta, obrigará o PS a enviar este documento para o Tribunal de Contas, entre outras, deixo aqui algumas das questões levantadas: Falta de desagregação e ou de justificação das rubricas 1017, 1031, 1030503, 020214, 020218, 020220, 020224 e 020225. Também existe um pedido de esclarecimento relativamente à falta de justificação contabilística para a classificação de 23% das despesas nas várias rubricas outros. A falta de concordância no valor dos empréstimos, no mapa de empréstimos e no balanço que também carece de esclarecimento. Ora estas questões, entre outras exige-se um cabal de esclarecimento. Este documento vem demonstrar mais uma vez que o PS tem razão, nomeadamente nas preocupações que têm demonstrado, esta maioria persiste numa execução refletida nos gastos, muitos deles ineficientes, e que são sustentados por uma estratégia continua, retirado o poder de compra aos famalicenses, ao cobrar impostos para além do razoável. A máquina de propaganda vem tenta iludir e esconder aquilo que quase todos já viram, mas que alguns não podem ainda criticar e apontar, porque as prioridades e os métodos tem de ser outros, porque não se pode exigir tanto aos famalicenses e fazer tão pouco, o PS não pode estar de acordo com este Relatório e como tal irá votar contra, por Famalicão, pelos Famalicenses. -----

---**GERMANO ARAÚJO (PSD)** – Excelentíssima Mesa, excelentíssima Câmara, senhoras e senhores Deputados, o Município de Vila Nova de Famalicão tem tido como prioridade

estratégica a articulação do Plano Estratégico Famalicão Visão 25, apresentado aos famalicenses na campanha autarca dois mil e treze e ratificado pela grande maioria dos mesmos através do voto nas urnas. Este Plano Estratégico define a estratégia do desenvolvimento do território, e os demais instrumentos de Gestão Municipal, entre os quais se destacam as Grandes Opções do Plano e Relatório de Gestão, que hoje estamos a discutir. Em dois mil e dezanove e à semelhança dos anos anteriores, a atuação deste executivo foi abrangente, como dirão as mentes mais inconformadas, mais do mesmo. Foi mais do mesmo na transparência, no rigor e no controlo, continua a transparência na gestão e sem fugir uma vírgula ao que prometeu aos famalicenses, mais um ano sem subir impostos, continuou o rigor nas contas, tal como está espelhado na análise económico-financeira, continuou o controlo apresentado uma execução orçamental francamente positiva, acima dos 80%. Como já disse, a atuação deste executivo foi abrangente, mas permita-me destacar mais um ano, o programa de Famalicão Made IN, estritamente ligado com a agenda estratégica para o desenvolvimento inteligente, neste âmbito o Município apostou fortemente na implementação de políticas municipais, que visam assegurar o desenvolvimento socioeconómico do concelho, a criação de um contexto cada vez mais favorável ao empreendedorismo e à empregabilidade, o reforço da competitividade, do tecido económico e o aprofundamento da internacionalização do território, incrementando a projeção e a afirmação de Vila Nova de Famalicão. O ano de dois mil e dezanove foi também um ano marcado pelo desenvolvimento sustentável, foram promovidas políticas municipais conducentes à qualificação do território e à melhoria das condições de vida da população, em domínios, o ordenamento território, a habitação, o ambiente, a mobilidade e energia, neste âmbito mereceu destaque a implementação do plano estratégico de desenvolvimento urbano. Em dois mil e dezanove também foi o ano especial do aspeto comunitário, considerando que os territórios são resultado da interação entre os seus atores, dinamizando redes potenciadoras, inovação e parcerias, foi dada enfoque à persecução do programa Famalicão Comunitário, neste âmbito mereceu destaque a apresentação e implementação do programa Famalicão Comunitário, que visa o desenvolvimento da governança coletiva, baseada na articulação entre o Município e as organizações e entidades que atuam no

território, através das dez comissões sociais Interfreguesias. Foi também dado um forte impulso à promoção da internacionalização do território, neste âmbito destaca-se a implementação da agenda urbana para a internacionalização de Vila Nova de Famalicão, com os principais propósitos de impulsionar a projeção internacional do concelho e aprofundar a cooperação com outros territórios em múltiplos domínios. O documento apresentado demonstra o vigor deste concelho, cada vez mais nos orgulha e nos faz reforçar a certeza que Famalicão é o nosso lugar. O Município de Vila Nova de Famalicão é hoje, como todos sabemos, uma referência em várias áreas, desde a educação, à área social, passando pelo empreendedorismo, e a juntar a estes sucessos acrescenta uma saúde financeira invejável, que numa situação de pandemia que vivemos hoje, permite aos famalicenses ter um Município com capacidade de fazer uma ação musculada e capaz de os ajudar, como vemos diariamente, quer nas contas da água, como no apoio às rendas, como ao estudo. O Município de Vila Nova de Famalicão continua com rácios excelentes, a autonomia financeira ronda os 76%, e apenas utiliza 25% da sua capacidade de endividamento. A dívida continua baixa e controlada, embora este ano de dois mil e dezanove tivesse aumentado cerca de 2 milhões de euros, fruto do investimento realizado na aquisição das instalações da Didáxis em Vale S. Cosme, mas nos últimos dezoito anos, ou seja, desde que o executivo do PSD lidera a Câmara Municipal, a dívida total baixou de 55 milhões de euros para 32 milhões de euros, como está atualmente. Relativamente à dívida, queria salientar o facto que os custos dos juros, em que o seu custo, ou seja, os juros pagos passaram de 132 mil euros em dois mil e dezoito, para cerca de 113 mil euros em dois mil e dezanove, fruto da substituição de empréstimos com taxas mais vantajosas, e que muitas vezes nesta Assembleia mereceu críticas por parte do Partido Socialista. O Município de Vila Nova de Famalicão continua vigoroso, note-se que as receitas municipais, mais uma vez aumentaram, não fruto de qualquer aumento de impostos, mas sim pela pujança e crescimento, quer das empresas, quer das pessoas. Este aumento da receita permite fazer investimentos importantes, e durante o ano de dois mil e dezanove o Município investiu, digo eu investiu, porque outros chamam gastos nas funções sociais, quase 58 milhões de euros. O Município tem desenvolvido um conjunto de políticas sociais, que visam

transformar Vila Nova de Famalicão numa comunidade cada vez mais inclusiva e solidária, tendo como prioridade melhorar as condições de vida das pessoas e de todas as gerações em cooperação com os parceiros públicos e da sociedade civil. Através das suas políticas de investimentos na área social, o Município fomenta a cooperação institucional nesta área, apoiou e continua a apoiar as pessoas mais vulneráveis, prestando apoios a pessoas em situações de emergência social em diversas áreas, como a alimentação, a habitação, a saúde, a educação e a energia, em parceria com instituições locais. Apoiou, e continua a apoiar a infância, promovendo o direito das crianças e a valorização da sua capacidade de participação na vida em comunidade, apoiou e continua a apoiar as pessoas nas áreas culturais e recreativas, tendo investido durante dois mil e dezanove cerca de 14 milhões de euros nesta área. Famalicão continua a aposta na modernização e mobilidade, investindo quase 6 milhões de euros em transportes e comunicação. O ano de dois mil e dezanove foi mais do mesmo, foi mais do mesmo com os programas de apoio à renda e à habitação, foi mais do mesmo com a continuidade dos apoios aos estudantes através das bolsas de estudo, foi mais do mesmo no apoio às famílias e às crianças através dos passes escolares e dos lanches saudáveis entre outros, foi mais do mesmo, porque temos um Presidente e um Executivo à altura dos pergaminhos do Município de Vila Nova de Famalicão. Assim senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, a bancada do PSD votará sem qualquer reserva a favor do documento apresentado. -----

---**MÁRCIA NUNES (PS)** – Apresentou documento escrito da sua intervenção, que é do seguinte teor: -----

---“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente de Câmara, senhores Vereadores e senhores Deputados, excelentíssimos senhores Presidentes de Junta e de Assembleias de Freguesia, demais autarcas, senhores e senhoras, creio que todos concordaremos que as políticas locais para a juventude são cada vez mais importantes e proeminentes, no sentido de conferir uma melhor qualidade de vida aos jovens bem como promover a sua cidadania aqui. Todavia, no nosso concelho mais um ano se viveu, e a saga reitera-se, mantemos um concelho municipal jovem apto, apenas e só para a realização de *workshops*, de sessões de esclarecimento e atividades análogas, na prática

continuamos com um concelho municipal jovem inerte, sem evolução de ano para ano. Caros Deputados, os jovens famalicenses necessitam de mais, os jovens famalicenses merecem mais do aquilo que a Câmara Municipal fez por eles em dois mil e dezassete, em dois mil e dezoito, e agora em dois mil e dezanove. Nós, jovens famalicenses necessitamos de uma vez por todas, de um novo paradigma de desenvolvimento, estou certa que as problemáticas enfrentadas pelos nossos jovens, são problemáticas que preocupam todos aqueles que ambicionam o desenvolvimento para o nosso concelho, os problemas relacionados com a saúde a vários níveis, desemprego, empreendedorismo, entre muitos outros, são problemas que os nossos jovens enfrentam e esta Câmara Municipal não se pode alhear dos mesmos. Senhores Deputados, o investimento na nossa juventude é fundamental para a nossa cidade, sociedade, cidade. No entanto nada muda, nada se faz, em dois mil e dezanove mantivemos a mesma falta de investimento na juventude que os anos anteriores, não existe qualquer vontade por parte desta Câmara Municipal em implementar e desenvolver políticas mais inovadoras para a juventude famalicense, o compromisso senhores Deputados, entre este Município e os jovens é sempre o mesmo, e fica muito a quem daquilo que os jovens deste concelho precisam e merecem. Continua a ser claro que uma das prioridades deste concelho não passa de todo pela construção de um processo de fixação dos jovens neste concelho. Ora, vejamos, no mapa de controlo orçamental da despesa apresentado extraímos que a dotação atribuída à juventude se cingiu a 55 mil euros, mas pior do que isso, é que apenas 37 100,00€ foram executados, senhores Deputados falamos de despesas correntes, de manutenção! Ora, se as despesas correntes já são demonstradoras do pouco que a juventude vale para esta Câmara Municipal, então falemos de investimento, ora o investimento é o mesmo de todos os anos. Conforme podem verificar no mapa de controlo orçamental da despesa a dotação atribuída à juventude foi de 6 mil euros, ou seja, menos 50% do que o ano transato, senhores Deputados pior do que nos mantermos é piorarmos, e o certo é que se pensarmos que 6 mil euros de investimento para a juventude fica muito a quem do que os jovens famalicenses merecem, o panorama ainda se consegue demonstrar mais preocupante quando apenas 2 100 euros, o mesmo valor dos últimos dois anos, apenas 2 100 euros correspondem a compromissos assumidos. Ora, o

valor investido na juventude dentro de instituições sem fins lucrativos, onde esta rubrica se insere, continua a ser muito inferior aquele que é investido nas outras rubricas, senhor Presidente, senhores Deputados, os jovens têm que ser uma das prioridades deste concelho. Naturalmente que as poucas medidas tomadas por este Município são importantes, e devem continuar a ser implementadas, contudo é muito pouco senhor Presidente, os jovens famalicenses precisam de mais, de muito mais, e o papel do Município na resposta aos problemas dos jovens é primordial, e por isso não posso deixar de dizer que esta Câmara Municipal continua a ser esclarecedora quanto às suas prioridades, quando continua a gastar, por exemplo, 274 121,00€ em publicidade, senhor Presidente, Senhores Deputados, o Partido Socialista não pode deixar de lado estas preocupações que se vêm perpetuando ao longo dos anos, a expectativa que sobeja é sempre a mesma, augurar que o relatório de dois mil e vinte seja melhor e que signifique mais investimento na juventude, que signifique mais investimento no futuro. Se se diz que “o futuro do Município depende da juventude”, ou que “os jovens são futuro”, julgamos ser imperativo que se assegurem políticas inequívocas para a qualidade, capazes de desenvolver e impulsionar o seu verdadeiro potencial, os jovens famalicenses devem estar presentes em todas as fases da formulação, execução, monitorização e avaliação de políticas concelhias que respondam às suas necessidades concretas e reais, ao na prática fazer um esforço simplista ou emblemático para a inclusão dos jovens, este Município é useiro e vezeiro do tokenismo juvenil, o que nos preocupa, e muito. Senhores Deputados a participação só ganha verdadeira relevância quando se associa a possibilidade ou capacidade de decidir, devendo ser um fator de mudança, concretização e construção do futuro, e para decidir precisamos de dados. A opacidade da Execução do Plano Plurianual de Investimentos quanto a intervenções no âmbito juvenil leva-nos a instar este Executivo a ponderar seriamente, sistematizar dados e informação validada sobre a população jovem e diversas esferas da vida social, a nível concelhio e de freguesia, criando e difundindo indicadores primários e secundários que sinalizem, e retratem os desafios que se colocam à juventude famalicense na sociedade contemporânea. Na era moderna, nunca uma geração jovem como a atual enfrentou tantas dificuldades e barreiras no ingresso da vida adulta como a atual. Resta-nos por isso, só a esperança de que o futuro nos presenteie

com o posicionamento estratégico para os jovens, que seja diametralmente oposto ao atual. Os jovens famalicenses merecem muito mais!” -----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Eu vou anunciar aqui neste relatório alguns números que são uma realidade. Este relatório disponibilizou para as juntas de freguesia em apoios 3 milhões de euros, em verbas livres 2 milhões de euros, só para as juntas de freguesia neste relatório estão aqui estampados 5 milhões de euros, não quer dizer que a verba livre possa ser reportada para o próximo ano, que é a única coisa que estará aqui, que peca com o defeito de se manter sempre o mesmo preço, ou o mesmo valor da verba livre há vários anos, mas o senhor Presidente da Câmara certamente e senhores Vereadores no próximo ano vão anunciar aos senhores Presidentes de Junta que a verba livre irá subir, penso eu. Temos aqui uma despesa na iluminação pública também de 2 milhões e 830 mil euros, temos no tecido associativo 6 milhões e 300 mil euros, temos no apoio às famílias 637 mil euros, que é uma verba que tem um certo valor, é um apoio que a Câmara Municipal, eu sempre disse e continuo a dizer, esta Câmara Municipal é solidária com as famílias mais carenciadas, depois temos os transportes às escolas 1 milhão e 700 mil euros, temos as refeições das escolas 1 milhão e 200 mil euros, eu estou a falar em números redondos, a ação social em 440 mil euros, as atividades de enriquecimento curricular 251 mil euros. Depois continuamos no investimento das escolas, que considero eu, nas escolas, nas freguesias e juntas de freguesias ainda é dos melhores investimentos que este Relatório de Contas tem, nas escolas tem 6 milhões e 800 mil euros, nas vias de comunicação 2 milhões de euros, água e saneamento 581 mil euros, cultura e desporto 1 milhão e 890 mil euros, o que quer dizer que em dezembro tínhamos uma dívida de 31 milhões e 700 mil euros, dois mil e dezanove, dois mil e dezoito tínhamos 31 milhões e 400 mil euros, a dívida cresceu cerca de 400 mil euros, ou não chegou, não falando em dois mil e um que tinha 55 milhões, mas o que eu quero dizer com isto, eu vou já ao saldo mais à frente. O que eu quero dizer com isto, é que nas despesas de gestão de execução este Relatório de Contas tem 81%, nas receitas de gestão e execução tem 95,8%, que é importante este valor neste Relatório de Contas. Tinha um saldo, aqui é que vamos ver a dívida que a Câmara Municipal, se nota aqui neste Relatório de Contas, quem vir isto com alguma clareza e tiver algum tempo para de facto

esmiuçar isto. Havia um saldo nos bancos em trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove de 17 milhões de euros, o que quero dizer com isto, a Câmara a trinta e um doze de dois mil e dezanove devia 15 milhões de euros, porque o saldo também é dinheiro, eu posso ter uma dívida de 4 ou 5 milhões, mas se tiver um saldo de 2 ou 3 milhões não devo 4 milhões, só devo 2 milhões, é o que está a acontecer aqui. Já não quero falar aqui de dois mil e um, como falei há pouco, 55 milhões e 800 mil, os tempos também eram outros. O que quero dizer com isto, o CDS vai votar favoravelmente este Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas, porque merece toda a nossa consideração e o nosso bem-haja ao senhor Presidente de Câmara e senhores Vereadores pelo trabalho que têm executado e fizeram durante o ano de dois mil e dezanove. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Apresentou documento escrito da sua intervenção, que é do seguinte teor: -----

---“Relativamente ao Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas, do ano de 2019, senhor Presidente, a CDU olha para o presente Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas, relativos ao ano transato, com o mesmo ceticismo com que tem olhado para a sucessão de documentos que no fundamental têm retratado a gestão, casuística e rotineira, da maioria de direita do PSD/CDS, desde 2002 à frente dos destinos do Município. Parafraseando a expressão do senhor Presidente no seu introito aos documentos em apreço, citamos: “O futuro é obra do dia-a-dia”, e nós dizemos que a obra do ano-a-ano na sua gestão, não só, não é atrativa, como se pauta pela inconsequência na sua concretização. À luz deste nosso olhar, mais uma vez teremos de afirmar que quem programou, no início do ano, introduzindo-lhe as “adequadas” correções ao longo do exercício, um investimento no montante previsto de 26 milhões, 565 mil e 715 euros e executa, (paga), no fim do exercício, tão-só 14 milhões, 599 mil e 763 euros, ou seja, uma taxa de execução que se ficou pelos 54,96%, não pode arvorar o conceito de solidez de uma imaginativa “grande casa que é o nosso concelho”, assente quer na não execução de ações por si assumidas, quer em áreas também por si elegidas para uma profética “construção diária”. Não vamos ser exaustivos na análise dos documentos nem na desmontagem do apregoado “sentido de responsabilidade, ambição e determinação”, invocado pelo senhor Presidente, vamos, isso sim, mostrar alguns

exemplos que na nossa perspetiva tiram uma vez mais, por falta de rigor, credibilidade aos documentos em apreciação. Se não vejamos: Mapa de execução do plano plurianual de investimentos que está na página 7. PEDU-Mobilidade Urbana Sustentável – Vias cicláveis, orçado 700 000€, executado 12 238€ (-687 762,00€) senhor Presidente, apenas 1,75% de execução; Reparções e retificações em vias nas freguesias. Reordenamento do tráfego, orçado 71 000€, executado 14 138,00€, apenas 19,91% de sucesso na execução; Outras retificações e melhoramentos – orçamento 237 000€, executado 42 477,00€, apenas cerca de 18% conseguido em termos de execução; Na página 6 - Melhoria das acessibilidades às áreas de localização Empresarial – Famalicão Sul - orçado 587 400€, executado 0%; PEDU-Mobilidade Urbana Sustentável – orçado 1 565 820€, executado 385 355€ (menos 1 180 465€), para sermos rigorosos, o que corresponde a uma execução de 24,6%; Na iluminação Pública – Colocação de Luminárias LED,s – orçado 170 000€, executado 0%; Piscinas municipais de Ribeirão – 150 000,00€ previstos, a execução foi nula; Pista de Atletismo – orçado 40 100€, executado 184€, nem sei se me enganei aqui, mas a percentagem ajuda-me a perceber que não me enganei, 0,46% da execução; Complexo Desportivo de Oliveira de S. Mateus – orçado 427 880€, executado 0%; Complexo Desportivo de Joane – orçado 516 935€, executado 154 137€, uma execução de 29,82%. Na página 5, referente à Casa de Delães – orçado 100 000€, executado 246€, 0,25%; PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) - Regeneração Urbana (Mercado Municipal) – orçado 2 070 000€, executado 387 951€ (-1 682 049€), 18,7% executado; No PEDU - Regeneração Urbana (Teatro Narciso Ferreira) – orçado 1 187 000€, executado 148 081€ (-1 038 919€), apenas 12,47% de execução; Programa de redução e controlo de perdas de água – orçado 204 310.00€, executado 19 443€, 9,5% de execução. Na página 4, a revitalização de espaços públicos - Parque 1º de Maio – há um orçamento de 150 000 €, e uma execução a zeros; No PEDU – Integração Comunidades Desfavorecidas – orçado 585 000€, e a execução também se ficou pelos zeros. Na página 3, no capítulo da Educação – Obras de reabilitação, Manutenção e Valorização - orçado 767 100€, executado apenas 175 124€, corresponde a uma execução percentual de 22,8%; EB Ribeirão (1ª fase) - orçado 563 931€, executado 325 483€, uma execução de 57,7%; Quanto à execução orçamental (mapas de controlo

orçamental). Na página 1, no que toca às receitas, constata-se mais uma vez que o valor global dos Impostos Diretos excede a previsão corrigida em mais de um milhão, quatrocentos e cinquenta mil euros, nomeadamente através da arrecadação de IMI, IUC, IMT, Derrama, mais quase 5%; Na página 1 - Impostos Indiretos - verba prevista - 1 343 802€, verba arrecadada atingiu a soma de 1 754 483€, mais 30%, superior até a 30%; Nas taxas, multas e outras penalidades - da verba prevista de 777 472€, a verba arrecadada cifrou-se em 1 516 108€, quase que duplicou a previsão, daquilo que se conseguiu nesta rubrica. Outras medidas que pesam sobre os municípios senhor Presidente: Na página 2 - Tarifas de água – orçados 5 milhões e 800 mil euros – arrecadados 6 milhões e 142 mil euros, regista-se aqui um aumento da ordem dos 342 000€ - quase 6%. O mesmo acontece com as receitas de saneamento, que atingiram mais 484 000€, já que estavam 4 milhões e 500 mil euros previstos, tendo sido arrecadados 4 milhões e 984 mil euros, ou seja mais quase 11%. De sentido contrário, verificamos que os 8 milhões 797 mil e 341 euros, previstos em sede de FEDER, isto na página 4, se ficaram por uns modestos 896 724 euros, ou seja, menos 7 milhões, 900 mil e 617 euros. Estranhámos a verificação destes números, e daí a pergunta, senhor Presidente: Que candidaturas foram afinal apresentadas? Ou, colocando a questão de uma outra forma, que candidaturas do município foram rejeitadas pelo FEDER? Se é que foram. Apresentamos as candidaturas em conformidade com o elevado interesse municipal? Ou colocando a pergunta de uma outra forma: que candidaturas ficaram por apresentar? Se é que isto aconteceu. E como se deixaram gorar as expectativas que à sua volta terão sido geradas? Enfim, falta de critério e rigor, é o que podemos dizer... Ainda no campo da receita, constatamos que o valor global da verificada acabou por ficar aquém da orçamentada inicialmente, sendo que a corrente foi superior à orçamentada em mais 4 milhões e 450 mil euros (receita orçada 79 milhões e 26 mil, executada 83 milhões 477 mil), enquanto a de Capital foi inferior à orçamentada em 9 milhões e 316 mil euros (orçado 18 milhões 870 mil euros, arrecadado 9 milhões 554 mil euros). No que toca às despesas, registamos que a despesa paga por água se situou, isto na página 1, do Mapa do Controlo Orçamental de Despesa, em 4 milhões, 224 mil e 664 euros, quando a receita ascendeu a 6 milhões, 142 mil e 332 euros, resultando daí um lucro, se assim se pode designar, de cerca

de 2 milhões de euros, é obra! Perante esta constatação, senhor Presidente, pode concluir-se que a CDU continua a ter toda a razão quando tem proposto, reiteradamente, uma diminuição das tarifas em aplicação pelo município, mas que, contrariamente, esta Câmara continua a aumentar. A CDU defende que o valor arrecadado nas contribuições de impostos cobrados aos munícipes ou nos ganhos no fornecimento de bens de consumo impreteríveis, possam ser redistribuídos, no valor que suplanta a média verificada. Isso não prejudica os interesses do município, antes vai de encontro aos legítimos interesses dos nossos concidadãos. A não ser que a Câmara pretenda fazer crescer a receita, pela contínua subida do custo dos bens essenciais de consumo dos seus munícipes. Tendo em consideração o que atrás se descreve, e porque não nos revemos neste modo de gestão do interesse municipal, a CDU irá votar contra os documentos em apreço. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Apresentou documento escrito da sua intervenção, que é do seguinte teor: -----

---“Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, os senhores Vereadores do Partido Socialista na Declaração de Voto relativamente ao Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2019, escreveram, e passo a citar: “O relatório que agora nos é apresentado evidencia um conjunto de verdades que a maior parte dos famalicenses ignora ou gosta – muito convenientemente – de ignorar porque, vivem na dependência municipal e, por isso, dá jeito ignorar ...” Esta afirmação foi reproduzida, com ligeiras *nuances*, pelo senhor Deputado Paulo Pinto, por isso senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, porque esta afirmação foi escrita, logo pensada e refletida, e não resulta, portanto do calor de uma qualquer discussão, temos que forçosamente concluir que para o Partido Socialista a maior parte dos 131 909 habitantes de Vila Nova de Famalicão, ou se quisermos, a maior parte dos seus 119 331 eleitores, ou são ignorantes, ou gostam convenientemente de se revelarem ignorantes porque vivem na dependência municipal. Esta é a imagem que o PS tem dos famalicenses, os famalicenses são um povo honesto e trabalhador, são um povo altruísta e solidário, são um povo empreendedor e lutador, mas para o Partido Socialista, ainda assim a sua maioria ou é ignorante ou é interesseira porque vive na dependência do município. Vila Nova de Famalicão é um concelho com marca, uma referência nacional e

internacional em alguns setores da atividade económica, de que são exemplo os setores do têxtil, do calçado, da alimentação, das obras públicas e da produção de pneus, mas para o Partido Socialista, ainda assim a maioria dos famalicenses ou é ignorante ou é interesseira porque vive na dependência do município. Vila Nova de Famalicão é uma terra de cultura e do conhecimento, é terra do grande romancista Camilo Castelo Branco, mas para o Partido Socialista, ainda assim a maioria dos famalicenses ou é ignorante ou é interesseira porque vive na dependência do município. Vila Nova de Famalicão é uma terra de tradições, referência na gastronomia, no artesanato e com património histórico, mas para o Partido Socialista, ainda assim a maioria dos famalicenses ou é ignorante ou é interesseira porque vive na dependência do município. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, eis o estado a que chegou o maior partido da oposição em Vila Nova de Famalicão, um partido aborrecido e dececionado com os famalicenses, e um partido que parece desligado da realidade que nos rodeia e desconhecedor da dinâmica autárquica que percorre o país. E isso, e isso, também ficou bem patente nas posições que vem assumindo em torno do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2019 em apreciação. Vejamos alguns exemplos, extraídos dessa declaração de voto, mas que também já aqui foram a florados ao longo desta nossa discussão. Diz o PS que a despesa corrente representou em 2019, 73%, para logo concluir que se trata de uma “execução despesista”. Se o PS teve lido o último relatório do Conselho de Finanças Públicas veria que no ano de 2019 o peso da despesa corrente nas despesas totais em Vila Nova de Famalicão é, inferior à média das autarquias do país, nas quais estas andou perto dos 76% (75,48%), diz o PS que a despesa com pessoal cresceu, é um facto, mas se o PS, como já referimos, não fosse desconhecedor da dinâmica autárquica que percorre o país saberia que, em 2019, a despesa com pessoal nas autarquias portuguesas subiu em média 7,7%, portanto, um valor também ele superior ao verificado em Vila Nova de Famalicão (6,55%), uma subida que reflete, sobretudo, o impacto do descongelamento faseado de carreiras da administração pública, da atualização das remunerações dos funcionários públicos e a materialização, em alguns casos, da chamada mobilidade intercarreiras. Aqui chegados, das duas uma, ou o PS desconhece esta circunstância ou ignora-a deliberadamente, não porque discorde das atualizações

salariais a que nos temos vindo a referir, mas porque simplesmente lhe dá jeito politicamente ignorar esse facto. Diz o PS que a despesa com o pessoal avençado aumentou, é um facto, mas o PS vai mais longe e diz mesmo e que considera esta despesa um “despropósito”. Sabendo nós que o recurso às avenças é absolutamente excepcional e que as autarquias só a elas se socorrem para o desempenho de funções sem carácter de permanência, pergunta-se se nestes casos, ao invés de prestação de serviços deveríamos avançar imediatamente para o estabelecimento de um vínculo laboral, como parece, sugerir o Partido Socialista, creio que as respostas serão maioritariamente negativas. Finalmente, a propósito das receitas fiscais, questiona-se o PS se não deveríamos rever as metas para 2020, face aos resultados alcançados em 2019, que, adiante-se desde já, estão em linha com a dinâmica do país. Não sei se repararam, mas em todo o país assistiu-se nas autarquias locais a um ligeiro decréscimo do IMI e a uma variação positiva nas receitas provenientes da derrama, do IUC, do IMT e da participação no IRS. Como já assinalamos no passado, não deixa de ser interessante que o PS, que se queixa da receita fiscal alcançada, é o mesmo que, em termos do Orçamento do Estado a que respeita o exercício em apreço, ou seja, 2019, foi ele que aprovou o agravamento de impostos locais, foi o PS que inviabilizou a atualização dos escalões do IRS, o que para muitas famílias gerou automaticamente um aumento de impostos sobre o rendimento, foi o PS que defendeu o agravamento do IMI até ao sêxtuplo, no caso dos imóveis devolutos, não cuidando de saber as razões que podiam estar por detrás dessa circunstância, foi o PS que defendeu a criação de novos impostos, nomeadamente a contribuição municipal de proteção civil, foi o PS que aprovou os novos adicionais ao IMI e foi o PS que votou contra a extinção do IMT e chumbou a descida da taxa mínima do IMI de 0,3% para 0,25%. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, para finalizar, diz o PS e disse-o hoje, o senhor Deputado Paulo Pinto que a situação financeira do município pode estar em perigo e que a continuarmos assim “quem vier que feche a porta”. Ora, os famalicenses não precisam de estar preocupados, nem o PS precisa de estar preocupado. Um município que em 2019 teve um excedente orçamental superior a 16 milhões de euros é um município com futuro. Um município que tem um prazo médio de pagamento a fornecedores de 12 dias, um dos prazos, aliás que sofreu uma redução em 2019, ao contrário do que

aconteceu com outras autarquias, nomeadamente aquelas com as quais no nosso distrito nos podemos comparar, Braga, Barcelos e Guimarães, que aumentaram o prazo médio de pagamentos a fornecedores, eu diria que Vila Nova de Famalicão é um município com futuro. Um município que acabou o ano de 2019 com uma capacidade de endividamento de 87 milhões de euros é, definitivamente, um município com futuro”.-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Relativamente às intervenções que antecederam deixar só algumas notas. A primeira relativamente às intervenções da bancada do Partido Socialista, renovar o seguinte: Em cada exercício que aqui vimos apresentar e votar, e felizmente têm sido aprovados, é frequente ouvirmos eleitos do Partido Socialista invocarem a despesa com o pessoal, com um sinal de alarme, em cada momento eu sugiro, não posso fazer mais do que isso, aos eleitos do Partido Socialista que querendo dirijam à Câmara Municipal uma pergunta concreta, para saberem a verdade acerca dos custos com o pessoal, uma vez mais o Partido Socialista vem a esta Assembleia Municipal invocar a despesa com o pessoal como um aspeto a notar do ponto de vista negativo, naquilo que são as contas a prestar aos famalicenses. Pois bem, senhores Deputados, o Partido Socialista não quer saber a verdade, mas eu vou dizer a verdade. Se olharmos para os números, nós este ano, dois mil e dezanove, é o ano que está em apreciação, tivemos uma despesa com o pessoal de 28,7 milhões de euros, e eu vou comparar este ano de dois mil e dezanove com o primeiro exercício completo enquanto Presidente de Câmara, ou seja, vou olhar para trinta e um de dezembro de dois mil e treze e comparar com trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove, comparar o que é comparado, e devo dizer aos eleitos do Partido Socialista e à Assembleia no seu todo, que em trinta e um de dezembro de dois mil e treze a despesa com pessoal orçada em 17,5 milhões de euros, bom, quem olhar para a diferença entre 17,5 em trinta e um de dezembro de dois mil e treze e 28,7 em trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove vê uma enorme diferença, mas é preciso ir ao encontro da explicação dessa diferença senhores Deputados, olhe, vou dar alguns contributos, Contrato Programa Aproximar Educação - 7,5 milhões de euros, eu pensei que o Partido Socialista ia queixar-se do facto da Câmara Municipal ter encargos com pessoal não docente nas escolas - 7,5 milhões de euros, e a receber do Estado 6,8 milhões de euros, quer dizer que a Câmara

Municipal reporta quase 600 mil euros do seu orçamento com despesas com pessoal das escolas, onde era suposto que o Contrato Programa Aproximar suporta-se 100% das despesas com o pessoal, e não suporta, sabem porquê, porque nós queremos um rácio superior aquilo que é imposto pelo Ministério da Educação ao nível do pessoal não docente nas nossas escolas, para prestar melhores cuidados aos nossos alunos e criar melhores condições aos nossos docentes para cumprirem cabalmente o seu programa de ensino, mas são 7,5 milhões de euros desta fatura com pessoal que cresceram, porque em dois mil e treze não havia Contrato Aproximar Educação, e há em dois mil e dezanove. Mas há mais senhores Deputados, olhe, ao nível do aumento do salário mínimo nacional, nestes vários anos, até dois mil e dezanove - 620 mil euros, valorizações remuneratórias dos trabalhadores que resultam ao descongelamento na progressão das suas carreiras - 1,2 milhões de euros, aumentos com os encargos para saúde e acidentes de trabalho - 970 mil euros, aumento com os encargos com parentalidade e prestações familiares - 400 mil euros, sabem qual é o resultado desta conta senhores Deputados, o resultado desta conta é que a diferença daquilo que é comparável entre o que foi a despesa em dois mil e treze e o que é a despesa em dois mil e dezanove, é muito menos de meio milhão de euros, muito menos de meio milhão de euros. Mas olhemos e comparemos dois mil e dezoito com dois mil e dezanove, poi bem, também aqui foi feita a referência a que há um aumento superior a 2 milhões de euros entre dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, eu vou explicar porque há este aumento, é minha obrigação fazê-lo e aqui vou fazê-lo. O aumento que resulta da alteração do salário mínimo nacional são 375 mil euros, a alteração ao salário mínimo nacional em dois mil e dezanove significou mais 375 mil euros, a alteração que resulta das valorizações das posições remuneratórias dos trabalhadores - 840 mil euros, a alteração que resulta do aumento dos encargos com saúde são 260 mil euros, isto quer dizer que os aumentos que resultam de valorização de posições remuneratórias, do salário mínimo nacional, mais encargos com a saúde, nomeadamente o Serviço Nacional de Saúde e também a ADSE e acidentes de trabalho são cerca de dois milhões de euros, ou seja, o aumento real não chega a 20 mil euros senhores Deputados, entre dois mil e dezoito e dois mil e dezanove há um aumento que não chega a 20 mil euros, e o Partido Socialista quer obviamente, e eu compreendo,

porque é essa a função do partido que tão só quer fazer a oposição, quer unicamente olhar para os números e a partir deles extrapolar outras conclusões, não é verdade que isso esteja a acontecer em Famalicão senhores Deputados, não é verdade que esteja a acontecer um aumento para além daquilo que é razoável e justificável, não só do número de recursos humanos, como também na fatia orçamental que é consumida com esses recursos humanos, mas renovo aos Deputados do Partido Socialista a disponibilidade da Câmara Municipal, para por escrito prestar todas as informações que sejam solicitadas em relação à questão do pessoal. Eu acho que valorizava este debate senhores Deputados, se em vez de cada ano cá estarmos a falar dos números, olhando tão só para eles, quiséssemos saber o que está por detrás desses números, aqui há pouco foi dito que eu não gosto de números, eu gosto muito dos números e gosto muito dos números das contas municipais, porque eles são muito favoráveis a Famalicão e aos famalicenses, mas não gosto só de números, gosto mais de pessoas e gosto mais daquilo que os números permitem fazer às pessoas, e era importante para que o debate fosse pleno, fosse esclarecedor e fosse no sentido da afirmação da verdade, que nós quiséssemos saber a razão da diferença dos números, e que se não soubéssemos, perguntássemos a quem tem o dever de informar, como é o caso da Câmara Municipal, e a nós até agora, ninguém fez essa pergunta. O Partido Socialista ano após ano, fala sobre o tema, mas não quer saber a verdade em relação à alteração dos números. Depois também ouvi o Deputado Paulo Pinto fazer referência ao aumento da carga fiscal, ó senhor Deputado eu espero que com a coerência que lhe reconheço, no próximo ano venha aquando da discussão das contas do exercício em curso, dizer que o Município reduziu a carga fiscal, porque o que vai acontecer no próximo ano é uma redução da carga fiscal segundo o seu raciocínio, porque a Câmara Municipal não mexeu nas taxas como é sabido, ou foi um aumento da receita fiscal fruto do dinamismo económico do concelho, pois bem, senhor Deputado, olhe, só neste momento a carga fiscal em Famalicão já reduziu 1,2 milhões de euros, 1,2 milhões de euros, comparando o quadriénio já percorrido em dois mil e vinte com o homólogo quadriénio em dois mil e dezanove, há uma redução da receita de cerca de 1,2 milhões de euros, essencialmente ao nível do IMT e ao nível das taxas do urbanismo, e portanto, se continuar como é expectável que continue, eu no próximo ano vou ouvir o

Deputado Paulo Pinto dizer que a Câmara Municipal baixou os impostos, espero que a coerência que tem tido até agora continue e no próximo ano possa ouvi-lo dizer isso. Também se falou aqui de políticas setoriais, e a crítica que foi feita à juventude é de uma enorme injustiça, estou certo que os senhores Deputados por ventura não acompanham, não espero que o façam com um grau de pormenor, que nós na Câmara Municipal temos obrigação de fazer, mas há múltiplas políticas municipais para a juventude, e nem todas se medem em função do orçamento, quer que ele seja em despesa corrente, quer seja em despesa de capital, há um enorme apoio ao tecido associativo, um enorme apoio ao tecido associativo, que é um veículo importantíssimo para a implementação de boas medidas, de medidas eficazes ao nível das políticas de apoio aos jovens, há uma Casa da Juventude que funciona em pleno há vários anos, é o baluarte da juventude em Famalicão, um espaço de apoio, é um espaço onde as perguntas têm resposta, onde se conseguem encontrar soluções. Há um apoio ao nível do empreendedorismo que tem sido notado e reconhecido, e senhores Deputados não vale apenas pegarmos num número qualquer que ele seja, por grande ou por pequeno. Eu também não vou pegar no número das bolsas de estudo para contrariar ou para contraditar aquilo que foi referido, mas as políticas devem ser aferidas no seu todo, e devem ser desligadas daquilo que é uma dimensão mais unilateral que se possa ter em relação a essa matéria.-----

--- Quanto às questões que o Deputado Daniel Sampaio aqui trouxe, quero dizer antes de mais, que não há nenhuma candidatura daquelas que estavam programadas a fundos comunitários, nomeadamente no âmbito do PEDU que tenha sido rejeitada, o que há é um calendário diferente do que o que estava programado, e o calendário diferente não é só da Câmara Municipal senhor Deputado, a própria estrutura nacional de fundos e a própria União Europeia nem sempre conseguem cumprir o calendário que estava definido, há candidaturas que estavam projetadas num determinado tempo, que deixaram de o ser, e foram adidas para outro tempo. Também acontece, e aconteceu no caso em Famalicão, como está acontecer em todo o País, que há alguns atrasos procedimentais nessas candidaturas. Atrasos com procedimentos concursais, concursos desertos, aconteceu em Famalicão senhores Deputados, concursos que ficaram desertos, e esses concursos desertos também

justificam atrasos, mas ainda que os concursos não fiquem desertos, as delongas procedimentais são hoje maiores do que eram há uns anos atrás, fruto das alterações introduzidas ao Código da Contratação Pública, mas que fique claro, não há nenhum retrocesso, não há nenhum recuo, não há nenhum plano de intervenção que tenha sido alterado por força dessas circunstâncias, o que há é um atraso na execução física e financeira daquilo que está programado com Famalicão ao nível do chamado PEDU ou de outros programas de acesso a fundos comunitários. Quanto à questão do ambiente, senhor Deputado, quando se diz que houve um aumento da receita arrecadada em relação à receita prevista, há uma causa fácil para explicar essa questão, que eu estou certo, que é do agrado do senhor Deputado, é o aumento da rede, como o senhor Deputado sabe, sempre que se aumenta a rede, sempre que há mais quilómetros, sempre que há mais habitações servidas por água e por saneamento, há mais utilização dessa rede, há mais pessoas a usar, fatura-se mais, cobra-se mais porque há mais utilizadores, essa é a única razão que leva a este aumento. Quanto à questão da diferença entre o que se paga e o que se recebe, o senhor Deputado sabe que não é assim tão simples, oxalá fosse, eu gostaria que fosse, porque se assim fosse nós poderíamos baixar o preço da água e do saneamento, não é assim, porque o senhor Deputado sabe que além do preço que pagamos ao fornecedor de água e a quem presta o serviço no tratamento das águas residuais, chamados efluentes, há custos com o pessoal, há custos com intervenções na rede e há também o próprio investimento que é preciso fazer, tudo isso tem que ser amortizado no contexto do que é o sub-custo ambiental, e portanto, que fique bem claro, os famalicenses pagam de água e saneamento menos do que aquilo que o Município suporta com esses serviços de água e de saneamento. Quando no final do ano fazemos as contas rigorosas com contabilidade analítica, porque a Câmara Municipal está obrigada, e nem que não o estivesse, assim o faria, executa esse processo de avaliação das contas, e nós sabemos exatamente no final do ano, qual é o montante consumido com esses serviços ambientais, nomeadamente a água e o saneamento, e aquilo que cobramos aos munícipes fica aquém daquilo que o orçamento municipal despense com essas mesmas áreas, e portanto nós não cobramos mais aos famalicenses do que aquilo que nós gastamos com esses serviços, pelo contrário, asseguro que cobramos bastante menos do

que aquilo que consumimos no nosso orçamento com essas áreas. Para já, senhor Presidente, é só, e fico à disposição de todos. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Eu não iria falar, mas houve aqui uma questão, primeiro só dizer uma questão ao senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, eu reconheço que tem grande capacidade retórica, muito superior à minha, é um político profissional, está habituado a essas lidas, e eu não, sou alguém que preza muito a nossa terra, e que tenta fazer o melhor possível disso. Eu nunca chamei, nem os Vereadores do Partido Socialista chamaram ignorantes aos famalicense, nós dissemos é que ignoram, e ignora, estive a ver no dicionário é alguém que desconhece, ignorante, que foi a palavra que você usou, é um adjetivo que descreve uma pessoa em estado de consciência e pode descrever indivíduos que deliberadamente ignoram, ou seja, se alguém chamou ignorantes aos famalicense não fui eu, foi vossa Excelência, da nossa parte dissemos que ignoram, mais nada. Também, e agora de conto geral, falou-se aqui da questão do IRS, dizer que se houve partido que quando chegou ao Governo baixou o IRS, que todos os portugueses pagam foi o Partido Socialista, acho que isso foi notório, é notório hoje em todos nós que recebemos o salário, em que vemos que realmente houve um reajuste disso, relativamente à situação que existia antes com a coligação do Governo. Aliás, este é um dos fatores que continuo a atacar esta autarquia, porque a autarquia diz que gosta de ajudar todos os famalicense, e tem uma percentagem do IRS de 5%, que continua constantemente a não abdicar, não abdicar, e nós já explicamos, ainda agora expliquei na minha intervenção anterior, que é uma verba substancial e que serve para muita coisa, é verdade que agora na questão do COVID o senhor Presidente da Câmara veio proclamar uma redução sucinta desse valor, mas também é preciso dizer que, o que os famalicense precisavam neste momento de crise era uma ajuda imediata, era por exemplo, a aprovação das medidas que o Partido Socialista apresentou relativamente ao custo da água, porque esse valor é pago todos os anos, todos os meses. Relativamente ao IRS que o senhor Presidente apresentou, só vai ser considerado para dois mil e vinte e um, portanto não é ajuda que o Partido Socialista entendia e que os famalicense precisavam e exigiam. Também referir que o IMI, e fala-se muito de valor reduzido de IMI, vamos ver como é que vai ficar para o ano, eu aqui há uns anos, nesta mesma Assembleia fisicamente, felizmente, referi quando houve

aquela questão de alteração de IMI, relativamente à alteração da lei de Estado, em que dizia que o IMI, o valor da avaliação das casas podia pagar mais ou menos IMI de acordo, na altura era considerado aquele imposto do solo e por aí, uma das perguntas que eu fiz ao senhor Presidente da Câmara na altura, era se, se podia comprometer com todos os famalicenses, em que a Câmara não ia pedir uma reavaliação dos imóveis em Famalicão, sabendo que a pedir uma reavaliação, provavelmente muitos imóveis iriam ver o seu valor atualizado, e os famalicenses iriam pagar mais IMI, efetivamente. O senhor Presidente da Câmara na altura não nos salvaguardou dessa situação, como agora, quando apresenta uma alteração relativamente ao IMI para os famalicenses, eu gostaria que realmente apresentasse essa garantia, que nos desse garantia, a todos os famalicenses, que a Câmara por sua livre e espontânea vontade não vai pedir a reavaliação de nenhum imóvel em Vila Nova de Famalicão, e assim os famalicenses podem estar seguros que realmente vão ter uma poupança e não vão ter uma taxa inferior sobre um valor mais alto, que pode efetivamente fazer com que paguem mais pelo mesmo. Senhor Presidente da Câmara, eu julgo que não devia ser preciso fazer um requerimento escrito a vossa Excelência no esclarecer, é sua obrigação esclarecer esta Assembleia Municipal, no entanto, e relativamente aos custos com o pessoal, eu acerca de um ano fiz esse requerimento escrito, e vossa Excelência respondeu-me e bem, disse-me que o custo representava 6 milhões de euros, ouvi-o falar agora que esse custo aumentou mais 1,5 milhões, já está nos 7,5. Também é verdade, e vossa Excelência disse-o, e eu reconheço, é que desses 7,5 milhões de euros a Câmara recebe, a grande parte desse valor vem do Estado, a Câmara só paga 600 mil euros, ou seja, a Câmara não gasta 7,5 milhões de euros, recebe a grande maioria desse valor, recebe 6,9 milhões de euros do Estado e usa dos seus fundos próprios 600 mil euros, que é totalmente diferente. Quando você falou em despesas do pessoal, eu estava à espera que também nos respondesse da questão das avenças, que é verdade ou não que duplicou desde que vossa Excelência é Presidente da Câmara, o valor do ano passado pago foi cerca de 1,8 milhões de euros, além do valor já pressuposto para dois mil e vinte e um, portanto, era importante saber realmente por aqui o que é que vai acontecer, porque é que há este aumento, que me explicasse cabalmente porque é que realmente a Câmara Municipal tem tanta necessidade de ter tantas

avenças e gastar tanto dinheiro, e reparem, 1,8 milhões de euros não é pouco dinheiro, é exatamente o valor que vossa Excelência diz que aumentou os custos com pessoal sem pôr estes valores, 1,8 milhões, era importante que tivesse um explicação cabal. Como vossa Excelência também disse que as respostas têm que ser dadas por escrito, eu espero e todos ansiámos no Partido Socialista, e os famalicenses, que a resposta ao requerimento apresentado pelos Vereadores em Reunião de Câmara, tenham a resposta mais célere possível.-----

---**PAULO COSTA (BE)** – O Bloco de Esquerda gostaria de deixar aqui uma breve e sucinta apreciação relativamente ao Relatório de Contas, para isso reitero, porque afinal os números não são aquela leitura unívoca que habitualmente temos como chavão assegurado, há uma polissemia nos números que nos levam a estas repetidas disputas. Eu acompanho basicamente, umas mais pertinentes do que outras, mas acompanho basicamente as críticas e os apontamentos que a oposição deste executivo já fez, e como também recupero algumas das afirmações também feitas em anos anteriores, as coisas acabam por ter uma constância ao longo dos anos, que se vem manifestando e vemos, nesse sentido o Bloco de Esquerda vai votar contra este Relatório de Contas.-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado Paulo Pinto as palavras são armas muito poderosas, é através das palavras que expressamos ideias, pensamentos, atitudes, sentimentos e comportamentos, mas olhe que as palavras são muito perigosas, muito perigosas mesmo, porque por vezes elas nos traem, e traem exatamente quando nós expressamos através das palavras um sentimento ou um pensamento que é genuíno, mas cuja nossa vontade era que ele não fosse conhecido das restantes pessoas, foi exatamente isso que aconteceu aqui senhor Deputado. Ó senhor Deputado quem escreveu, e portanto eu presumo que de uma forma refletida e pensada, foi de que a maioria dos famalicenses que vive na dependência municipal, então a maioria dos famalicenses vive na dependência municipal, acha isso mesmo! Então não foi o Partido Socialista que diz, ou que gostam de ignorar, porque lhes dá jeito ignorar, o que é que o senhor quer chamar a estas pessoas, senão ignorantes, o quê, diga-me por favor, acha que se eu disser a alguém, o senhor ignora porque lhe dá jeito ignorar, acha que ele fica assim tão contente a ouvir uma coisa dessas, acha que

o valoriza, acha que valoriza os famalicenses, uma afirmação destas, eu acho que não senhor Deputado, eu acho que não. Se não é essa a sua intenção, ainda fico contente, mas então para a próxima tenham mais cuidado com as palavras, é o mínimo que eu lhes peço, tenham mais cuidado com as palavras. Uma segunda questão, senhor Deputado Paulo Pinto, eu acho que laborou aqui num equívoco relativamente à questão da avaliação dos prédios urbanos para efeitos de IMI, eu quero-lhe recordar e poderá o confirmar, que foi o Partido Socialista que negociou o memorando de entendimento, e se vem se recorda uma das cláusulas que foram estabelecidas foi exatamente que o Governo, ou seja, aquele que depois tomaria posse, que foi o caso concreto, do PSD - CDS/PP, que estava obrigado a fazer uma reavaliação geral dos prédios urbanos com vista a obter uma receita adicional, que eu agora, a memória me pode atraiçoar, mas eu julgo que era de 540 milhões de euros. Essa reavaliação, efetivamente foi feita no cumprimento dessa imposição internacional, mas não foi a Câmara Municipal que quis fazer essa reavaliação, não foi a Câmara que por sua iniciativa, e por sua responsabilidade ou a seu pedido, haja efetuado qualquer pedido junto da Administração Fiscal para que a reavaliação geral dos prédios urbanos em Famalicão acontecesse. Era esta nota que eu gostaria de deixar, porque eu acho que aqui está a laborar muito bem.-----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – Também não era suposto intervir, mas não posso deixar de expressar a opinião enquanto socialista que sou, acerca das observações que foram feitas nas intervenções anteriores. Desde já partilharia uma circunstância que é, não poder estar de acordo com o meu colega da bancada Paulo Pinto acerca dos elogios que fez aos votos oratórios do colega Deputado desta Assembleia Municipal Doutor Jorge Paulo Oliveira, e diria eu que não posso estar de acordo quando esses dotes de oratória servem para, em primeiro lugar fazer uma interpretação, não do documento que estamos aqui a apreciar, no caso a Prestação de Contas da Câmara Municipal, mas acerca da posição que seja da Vereação do Partido Socialista, mas ainda que assim seja, sempre com, e faço este pedido, no sentido de fazer uma apreciação justa. Aquilo que queria deixar bem presente a todos os Deputados e afirmar com toda a veemência é o seguinte: O Partido Socialista é um partido estruturante e fundamental na democracia portuguesa e vai continua-lo a ser aqui em Vila Nova de Famalicão, o Partido Socialista vai continuar a dar voz a todos os famalicenses e

não obrigatoriamente aquilo que sejam só as atitudes louváveis da Câmara Municipal, e que são muitas, e aliás daquilo que têm visto da atuação do Partido Socialista, facilmente percebem, como ainda há pouco disse na minha intervenção, que o Partido Socialista em dezasseis de março escreveu uma carta ao senhor Presidente da Câmara, dizendo que se colocava à disposição para nestas circunstâncias da pandemia ajudar em tudo quanto fosse necessário. E é este o princípio, e é esta a forma de estar do Partido Socialista, apesar das críticas que neste ambiente possam ser feitas. Também diria o seguinte, apresentamos durante este período uma série de propostas, como há pouco dizia, mais de quinze propostas, foram apresentadas à Câmara Municipal, e quase sempre a Câmara Municipal secundou as propostas apresentadas pelo Partido Socialista e foi atrás de muitas delas, e é nesta circunstância que o Partido Socialista se continuará a comportar na sociedade famalicense, sujeito às críticas do PSD, mas sempre também com esta atuação, e como eu há pouco tinha dito quando fiz a referência no voto apresentado acerca da posição que o Dirigente Nacional e Presidente do Partido Social Democrata teve dizendo ao Primeiro-ministro que, a sua sorte senhor Primeiro Ministro é a sorte de todos nós, não tenho nenhum problema em dizer exatamente isso em relação ao senhor Presidente da Câmara, a sorte do senhor Presidente da Câmara é sempre em qualquer circunstância a sorte de todos os famalicenses, e para isso é fundamental, e quer queiram, quer não queiram, será sempre ao lado dos famalicenses que o Partido Socialista também vai construir esta evolução natural para Famalicão. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Senhor Presidente da Câmara, obrigado pelos esclarecimentos, dois quais tomo boa nota. Fico satisfeito que se tenha alargado a rede de abastecimento de água, fazendo chegar este líquido tão precioso a mais gente da nossa terra, no entanto, enfim, e admitindo que aquilo que referi como cerca de 2 milhões de euros, se podemos chamar lucro a esta verba, pode ser enfim, restringida de algum modo, a verdade é que continuará a haver um saldo positivo. Havendo saldo positivo, retirados daqui os custos de intervenção comercial, os custos de investimento na rede, etc., etc., a verdade é que a CDU continua a manter a sua posição de que sendo os 2 milhões, ou cerca disso, ou um pouco menos, ou bastante menos, a verdade é que nós entendemos que a água não deve ser considerada pelo Município como um negócio, e portanto, dentro das margens que caem

dentro daquilo que pode ser considerado proveito, devia este valor, ou a média deste valor ser distribuída pelos consumidores no sentido de baixar, digamos, a carga que está adjacente ao custo, ao consumo da água.-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – O senhor Deputado Paulo Folhadela insurgiu-se contra o facto de eu ter reproduzido e ajuizado uma afirmação produzida pelos senhores Vereadores do Partido Socialista, e nesse contexto considerar que a minha intervenção estava desenquadrada da discussão que estamos a fazer. Pois, o senhor Deputado tem esse direito à sua opinião, mas está equivocado, sabe porquê. Primeiro, porque a declaração consta, melhor dizendo a afirmação consta da declaração do voto que está anexa ao documento que estamos a apreciar. Em segundo lugar, esta mesma afirmação, ainda que com algumas *nuances*, foi novamente produzida na intervenção inicial do senhor Deputado Paulo Pinto, e portanto, como convirá não há qualquer desenquadramento com a discussão que estamos a fazer neste momento.-----

--- ***POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2019 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR E TREZE VOTOS CONTRA. -----***

-----  
---**TERCEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---***POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A***

**MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENCÕES.** -----

-----  
---**QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE REQUIÃO, NO MONTANTE DE 147.500,00€ (CENTO E QUARENTA E SETE MIL E QUINHENTOS EUROS), DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO POLIVALENTE, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE REQUIÃO, NO MONTANTE DE 147.500,00€ (CENTO E QUARENTA E SETE MIL E QUINHENTOS EUROS), DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO POLIVALENTE, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.** -----

-----  
---**QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL, NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), Nº1, DO ARTIGO 33º E DA ALÍNEA G), Nº1, DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL, NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), Nº1, DO ARTIGO 33º E DA ALÍNEA G), Nº1, DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENCÕES.** -----

**---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIDAS EXCECIONAIS E TEMPORÁRIAS NO ÂMBITO DA INFEÇÃO EPIDEMIOLÓGICA COVID-19, EM MATÉRIA DE TAXAS RELATIVAMENTE A ESPAÇOS COMERCIAIS ARRENDADOS OU CONCESSIONADOS PELO MUNICÍPIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.** -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIDAS EXCECIONAIS E TEMPORÁRIAS NO ÂMBITO DA INFEÇÃO EPIDEMIOLÓGICA COVID-19, EM MATÉRIA DE TAXAS RELATIVAMENTE A ESPAÇOS COMERCIAIS ARRENDADOS OU CONCESSIONADOS PELO MUNICÍPIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

**---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA NOMEAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS PARA OS ANOS DE 2020, 2021 E 2022, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.**-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

***---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA NOMEAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS PARA OS ANOS DE 2020, 2021 E 2022, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENCÕES. -----***

***---OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTORNO DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS E ÁGUAS RESIDUAIS, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE AVIDOS E LAGOA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----***

***---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----***

***---POSTO Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTORNO DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS E ÁGUAS RESIDUAIS, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE AVIDOS E LAGOA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENCÕES. -----***

***---NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO E DOCUMENTOS A ELA ANEXOS, CONFORME MAPA ANEXO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----***

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Muito rapidamente, este tipo de avaliação de cedências, o Partido Socialista já há alguns anos tem algumas dúvidas, acima de tudo, porque não sabe os fins dos mesmos, depois. Mas a pergunta que queria fazer ao senhor Presidente da Câmara nesta fase, nós hoje aqui temos cerca de oitenta e uma áreas de várias freguesias para cedência, gostaria de saber se todas as juntas deram o parecer positivo a estas cedências. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Todas as juntas de freguesia são consultadas neste processo, e portanto, o parecer foi dado de forma a que pudéssemos chegar a esta etapa. -----

***---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO E DOCUMENTOS A ELA ANEXOS, CONFORME MAPA ANEXO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENCÕES.***-----

-----  
---**DÉCIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE), NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ARTIGO 25º, Nº1, ALÍNEA T) DO ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

***---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE), NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ARTIGO 25º, Nº1, ALÍNEA T) DO ANEXO À***

**LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

-----  
**---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE 73 LOTES DA QUINTA DE REBORDELO, SITA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.** -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE 73 LOTES DA QUINTA DE REBORDELO, SITA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENCÕES.**-----

-----  
**---DÉCIMO SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA LOTE 1 -“REDE URBANA PEDONAL E CICLÁVEL – ETAPA 1 (INTRAURBANA) – FASE 1 – EIXOS 1,2 E 4 DA REDE DE CICLOVIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO”, NO VALOR DE 1,029.139,39€ (UM MILHÃO E VINTE E NOVE MIL, CENTO E TRINTA E NOVE EUROS E TRINTA E NOVE CÊNTIMOS) AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR E LOTE 2 -“ REDE URBANA PEDONAL E CICLÁVEL – ETAPA 1 (INTRAURBANA) – FASE 1 – EIXO 3 DA REDE DE CICLOVIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO”, NO VALOR DE 1.022.615,40€ (UM MILHÃO E VINTE E DOIS MIL, SEISCENTOS E QUINZE EUROS E QUARENTA CÊNTIMOS) AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.** -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA LOTE 1 -“REDE URBANA PEDONAL E CICLÁVEL – ETAPA 1 (INTRAURBANA) – FASE 1 – EIXOS 1,2 E 4 DA REDE DE CICLOVIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO”, NO VALOR DE 1,029.139,39€ (UM MILHÃO E VINTE E NOVE MIL, CENTO E TRINTA E NOVE EUROS E TRINTA E NOVE CÊNTIMOS) AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR E LOTE 2 -“ REDE URBANA PEDONAL E CICLÁVEL – ETAPA 1 (INTRAURBANA) – FASE 1 – EIXO 3 DA REDE DE CICLOVIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO”, NO VALOR DE 1.022.615,40€ (UM MILHÃO E VINTE E DOIS MIL, SEISCENTOS E QUINZE EUROS E QUARENTA CÊNTIMOS) AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E DOZE ABSTENCÕES.** -----

**---DÉCIMO TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO DO REGULAMENTO OPJ – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.**-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

**---MÁRCIA NUNES (PS)** – Senhor Presidente, senhores Deputados, antes de mais o Partido Socialista demonstra o seu agrado pela implementação de um Orçamento Participativo Jovem no nosso concelho, algo que já há muito vinha sendo reclamado. E neste seguimento, não poderíamos de deixar de parabenizar esta iniciativa. O Partido Socialista, como sempre, apoia todas as medidas que sejam positivas e que fomentem o desenvolvimento do nosso concelho. E como tal, e porque o Orçamento Participativo Jovem é uma iniciativa positiva, por princípio geral, não sobeja outra alternativa ao Partido

Socialista, senão a de votar favoravelmente. Todavia, importa referir que votará a favor, mas com algumas ressalvas que não poderemos deixar de explanar, na expectativa que o Orçamento Participativo Jovem seja melhorado. E nessa medida, como é expectável, o Orçamento Participativo visa a aproximação dos jovens à autarquia, promovendo a participação democrática e o envolvimento dos jovens. Nesta senda, este Orçamento Participativo deverá ser levado a cabo em toda a sua linha por jovens. Entendemos que os jovens para além de um papel participativo, deverão ter, indubitavelmente, um papel decisório. Para além disso, para que os jovens possam participar e decidir, necessitam que o Município seja claro quanto à dotação anual que servirá de base a este Orçamento Participativo. Digamos ainda, que para a participação ser justa, os critérios atribuídos para análise das propostas a apresentar devem ser claros e objetivos. Com efeito, o Partido Socialista, como referi, vota a favor, na medida em que o princípio é positivo. Contudo com as seguintes ressalvas que passo a expender: Que seja estabelecida a dotação a atribuir ao Orçamento Participativo Jovem, atribuindo uma percentagem do orçamento total, e consequentemente a mesma conste do artigo 3º do Regulamento apresentado; Entendemos também que os critérios de análise técnica das propostas deverão ser menos discricionários, e mais objetivos, designadamente, sejam definidos quais são os dados necessários à avaliação e concretização das propostas; E ainda que seja eliminada a 2ª fase de votação das propostas prevista no artigo 16º do Regulamento apresentado. Entendemos que apenas deverá existir uma fase decisória, prevista no artigo 15º do Regulamento, apenas e só votada por jovens. Só assim este orçamento participativo será verdadeiramente participado e decidido pelos jovens do nosso concelho. De facto, não vislumbramos a necessidade da 2ª fase de votação, na medida em que a idoneidade das propostas já terá sido avaliada por técnicos especializados quando chegados à 1ª fase de avaliação. Ou seja, todas as propostas nesta fase já se encontram aptas a serem votadas e decidida a vencedora por todos os jovens famalicenses dos 15 aos 35 anos. Com estas alterações o Partido Socialista está certo que o processo de participação dos jovens neste orçamento participativo será realmente reforçado. Como referi, apesar de o documento não revestir da nossa concordância na sua plenitude, o princípio global inerente é positivo, pelo que votaremos a favor. -----

---**JOANA SILVA (PSD)** – A trinta de setembro de dois mil e dezasseis, o Grupo Parlamentar do PSD em exercício apresentou na Assembleia Municipal um voto de recomendação ao Executivo Camarário em funções, para a implementação de um programa que incentivasse e potenciase a participação dos mais jovens na gestão pública do concelho de Vila Nova de Famalicão. Hoje, quinze de maio de 2020 e cientes do momento que atravessamos, há necessidade de envolver ainda mais os mais jovens na participação das decisões políticas, precisamos de nos tornar uma comunidade eficiente, uma sociedade participativa, em que poderemos evoluir com os contributos de todos, tal como em dois mil e dezasseis, em que toda a Assembleia se pronunciou de forma unânime, hoje todos concordarão com as mais-valias que é a aprovação do Regulamento – O Orçamento Participativo Jovem do Município de Vila Nova de Famalicão, pois todos hoje comungamos da premissa para a existência e valoração positiva da comunidade, o Município deve assegurar e desafiar os mais jovens a construir um futuro em conjunto com órgãos autárquicos. Nesse sentido, é com grande satisfação que vemos hoje a discussão e votação a proposta do Projeto do Regulamento OPJ, mais agradados ficamos por saber, que nenhuma instituição partidária ou não partidária apresentou alguma objeção ao mesmo, enquanto este figurou em apresentação pública. Senhores Presidentes e senhores Deputados, hoje teremos um futuro melhor para os jovens, num futuro melhor para todos os famalicenses, permitindo a participação dos mesmos como agentes de mudança do presente e construção do futuro. ---

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO DO REGULAMENTO OPJ – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENCÕES. -----**

-----  
--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA** -----

--- Para este período não há inscrições do público, pelo facto, da reunião ser no formato *online* por videoconferência e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada

